

S.  R.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

FIGUEIRA DA FOZ

A CIDADE E O MAR



COIMBRA
1985

**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
DA REGIÃO CENTRO**

FIGUEIRA DA FOZ: A CIDADE E O MAR

Por: Jorge Carvalho Arroteia

Coimbra

1985

Fotocomposição:

- *Mário Matos*
- *Carlos Abrantes*

Secção de Offset:

- *Fotografia: Adelino Bandeira*
- *Paginação e Montagem: Adelino Bandeira*
- *Transporte António Manuel*
- *Impressão: Joaquim Felício*

Desenhos:

- *Miguel A. Baptista de Moraes*

Que a força do homem
Não desvaneça
No construir do teu centenário
Tornando-te mais bela e atraente
Ó Figueira.
Que o rio, o mar e a serra
E o calor da tua gente
Brindem estes dons da natureza
Pelo teu futuro
Radiante.

20SET82

INTRODUÇÃO

A elaboração de um trabalho sobre a cidade da Figueira da Foz contemplando não só os aspectos da evolução urbana mas ainda os da sua dimensão regional (Fig. 1), constituía há algum tempo uma das nossas preocupações, possível de concretizar no ano em que a povoação festeja o primeiro centenário da sua elevação à categoria de cidade.

Daí o termos aproveitado o ensejo dos Jogos Florais comemorativos dessa efeméride para trazer o nosso contributo ao melhor conhecimento desta terra, conhecida pela diversificação das suas actividades e funções de âmbito regional, ligadas ao porto e ao veraneio.

Como o título refere a «Cidade e o Mar» estão intimamente ligadas, como se compreende da sua posição e evolução urbanas, confirmadas pelos modo de vida e actividades dos seus habitantes. Bastante numerosos, sobretudo durante a 'Época', devido à presença dos forasteiros que aí acorrem.

Foi tendo em vista realçar estes aspectos que procurámos orientar este trabalho, destacando:

- a) a evolução da povoação primitiva a partir do desenvolvimento das actividades marítimas e portuárias, desde as primeiras notícias referentes à Foz do Mondego, até à cidade actual (Parte 1);
- b) a importância das actividades locais, iniciada com o crescimento do comércio marítimo e da pesca, da indústria e do veraneio e a sua influência no crescimento do aglomerado (Parte 2);
- c) as diferentes fases da expansão porque passou este centro, procurando mostrar em épocas distintas a sua evolução no espaço, relacionando-o com a morfologia e as funções urbanas (Parte 3);
- d) os aspectos mais significativos da evolução e da estrutura demográfica dos seus habitantes e do mesmo modo avaliar a importância

O CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ
E A SUA LOCALIZAÇÃO



Fig. 1

dos movimentos migratórios no concelho, o que de algum modo constitui um barómetro do seu desenvolvimento (Parte 4);

- e) a sua importância como centro urbano e regional sugerindo, por isso, a necessidade de um planeamento eficaz, de modo a coordenar as acções voltadas para a melhoria das condições de circulação, do arranjo do complexo portuário e do aproveitamento global das potencialidades naturais e das actividades turísticas radicadas nesta área (Parte 5).

Esta a metodologia seguida, assente numa recolha bibliográfica sobre obras de natureza diversa elaboradas sobre a Figueira da Foz e as suas actividades e da recolha de outros elementos cartográficos e fotográficos, disponíveis em arquivos ou obtidos por levantamento directo. Da sua compilação resultou este trabalho que, longe de se tornar exaustivo, pretende dar a conhecer os aspectos mais relevantes da «Biografia figueirense».

Oxalá o tenhamos *conseguido*.

I — GÉNESE DE EVOLUÇÃO DO POVOADO

1. Os primórdios da aglomeração

A falta de documentação monumental ou escrita não permite datar com rigor, a época em que o homem primitivo terá iniciado o povoamento da foz do Mondego.

Pensa-se, no entanto, que este seja bastante antigo, se atendermos às descobertas arqueológicas feitas pelo Dr. Santos Rocha, durante o século passado, contando-se entre estas o «espólio da rua dez de Agosto» e os vários instrumentos de sílex e quartzo lascados, encontrados em diversos pontos da cidade, principalmente nas Abadias e na praia de banhos (1). Ou ainda, aos inúmeros vestígios encontrados nos arredores deste centro, em particular na freguesia de Brenha, que atestam a fixação do homem nestas paragens durante o período Neolítico.

Testemunhos mais recentes da presença de fenícios, gregos e até romanos, encontrados em pequenos povoados nas margens do rio Mondego - casos de Santa Olaia, Tavares e Negrote - comprovam outras formas de ocupação, baseadas sobretudo no comércio, que se estabeleceu ao longo da costa ou mesmo nas bacias dos principais cursos de água.

De qualquer modo, a existência desta povoação, junto da Foz do Mondego, não deixa dúvidas a partir, do século XI, quando passou a ser mencionada em documentos escritos, entre os quais se conta a carta de doação do Abade Pedro legando a igreja de S. Julião e outras povoações: Caceira, S. Veríssimo, Fontela e Lavos, à Sé de Coimbra. Este documento, datado de 1096, atesta uma das missões de que este prelado fora incumbido (provavelmente no decurso do decénio anterior) pelo Conde D. Sisenando, de restaurar as terras desta área, assoladas pelas lutas da reconquista.

É o que se depreende da leitura do texto que em parte transcrevemos: «Eu Abade Pedro ... faço à Igreja da Santa Mãe de Deus e Sempre Virgem Maria da Sé Episcopal de Coimbra, carta de testamento da Igreja de S.

(1) ROCHA; 1983; p. 12.

Julião, que está situada na margem Setentrional do rio Mondego, perto da praia que outrora foi destruída e despovoada pelos Serracenos e eu daqui a restaurei por mandado do Conde D. Sisenando ... (2).

Datada do século XIII encontramos referência a outra doação, passada pelo cabido de Coimbra, e concedendo aos «povoadores do termo de S. Julião», Domingos Joannes, Martim Miguéis e Martim Gonçalves, o lugar da Figueira, Foro de Tavarede (3).

Ainda que reduzido, o lugar da Figueira tinha já uma certa importância, devido sobretudo à sua posição junto da foz do Mondego, quer como ponto de passagem para as embarcações que demandavam os portos interiores de Coimbra e Montemor, quer ainda para os que, saindo deste último, se dirigiam por mar para a vizinha Espanha e outros locais da Europa.

Ainda que incipiente, esse movimento não terá deixado de ocasionar algumas discórdias entre os oficiais da Infanta D. Teresa (Senhora de Montemor) e os do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a quem pertenciam não só as portagens e mais direitos de navios «que entram pela Foz do Mondego», mas ainda as rendas das terras pertencentes ao Castelo de Santa Olaya, doadas pelo Rei D. Afonso Henriques ao dito Mosteiro, em 1166.

No entanto, o alargamento desta povoação ao longo da encosta poente de S. Julião, «onde se localizavam algumas das herdades da Figueira» (4), terá prosseguido, mercê da actividade comercial que entretanto se foi incrementando e motivou, em Março de 1339 a compra de «uma vinha e de uma casa» localizadas possivelmente na Praça da Ribeira, para o serviço do porto. O qual durante o século XIV tinha já um certo movimento de exportação de «vinhos e outras mercadorias de Coimbra ... não só para outros lugares do reino mas para a França». Do mesmo modo, através da Foz de Buarcos (nome porque era ainda conhecido), se procedia à importação de «madeiras para construção e vasilhame» (5) necessárias para a indústria local.

Ainda que dependente da «Vila de Buarcos» e conhecido o seu porto, ainda nos princípios do século XVI, pela «Foz do Mondego» que chamam de

(2) JARDIM; 1921; p. 269.

(3) Idem; ibidem; p. 284.

(4) PINTO E ESTEVES; 1945; p. 9.

(5) ROCHA; ob. cit.; p. 19.

Buarcos (6), a povoação primitiva terá ganho uma certa supremacia religiosa sobre aquela já que, quando da separação da Igreja de S. Pedro de Buarcos da Matriz de S. Julião da Figueira, aqueles moradores ficaram obrigados a deslocarem-se à «Figueira no dia do Santo, no Domingo de Ramos à benção e no dia de Todos os Santos» (7). Autonomia que ainda antes do termo desse Século foi conseguida, através da designação própria da «Figueira da Foz do Mondego», facto que vinha a acontecer desde os meados do século XVI (8).

2. O desenvolvimento das actividades marítimas e a elevação a Vila

Posteriormente à Restauração e às medidas que em 1640 e em 1641 foram tomadas «chamando ao país os mercadores estrangeiros, concedendo-lhes a liberdade de negociarem e permitindo livre trânsito de mercadorias dentro do reino» (9), a povoação antiga experimentou um grande desenvolvimento, tendo-se então intensificado a indústria da construção naval. O que se terá repercutido na expansão da frota mercante figueirense e no desenvolvimento do comércio local, através da maior participação dos naturais, nas transacções então efectuadas.

Até aí, esse movimento era controlado por casas estrangeiras estabelecidas em Lisboa (principalmente holandesas) ou ainda no Porto, em Aveiro, em Coimbra ou já na Figueira da Foz (em particular os ingleses) e consistia na exportação de produtos diversos: cal e sal da povoação; louças de Coimbra; vinhos e aguardentes da Bairrada; madeiras de Leiria; frutos e cereais da Beira, etc.. De tal maneira, que já por meados desse século, em 1648, haviam saído deste porto 47 navios carregados de mercadorias diversas, entre elas: 1530 moios de cal, 140 moios de sal, e ainda madeira, cereais (trigo e milho), mós, vinho, laranjas e azeite (10).

Para o final do século, entre 1629 e 1697 (Fig. 2), o total de navios

(6) Idem; ibidem; p. 16.

(7) Livro da Confraria do SS. Corpo Santo da Vila de Buarcos; F. 17.

(8) ROCHA; ob. cit.; p. 20.

(9) Idem; ibidem; p. 54.

(10) Idem; ibidem; pags. 61 e 62.

MOVIMENTO DOS NAVIOS ENTRADOS
(Figueira da Foz)

nº de navios

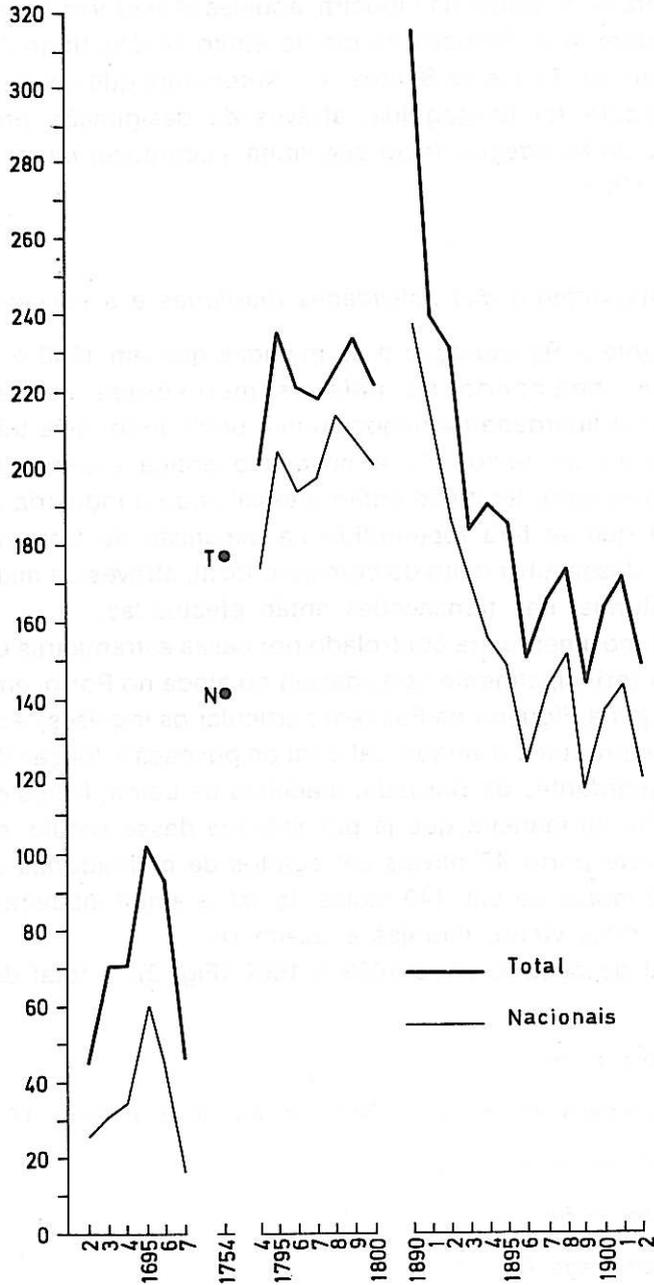


Fig. 2

entrados foi de 428 (o que corresponde a uma média anual de 71 entradas), cabendo em partes iguais aos portugueses e aos espanhóis, 96 % desse total. (Quadro I)

QUADRO I

NAVIOS ENTRADOS NO PORTO DA FIGUEIRA, DE 1692 A 1697

ANOS	ESPAÑHÓIS	INGLESES	FRANCESES	HOLANDESES	PORTUGUESES	TOTAL
1692	16	3	—	1	25	45
1693	38	2	—	—	31	71
1694	30	3	1	2	35	71
1695	39	1	—	2	60	102
1696	52	1	—	—	40	93
1697	31	—	—	—	15	46
Média	206	10	1	5	206	428

in: LOUREIRO; 1904; p. 223

Do mesmo modo e destinados à indústria de tanoaria e de construção naval, ou ainda ao comércio com o interior, foram desembarcadas mercadorias várias: arcos, aduelas, ferro, chumbo, munições, panos, cera e animais vivos, provenientes de vários pontos da Europa — em particular da Inglaterra — e da América — de Boston, Filadelfia e Baltimore.

Mas não só o movimento comercial, animado pela importação e exportação de mercadorias, ou ainda a indústria da construção naval, estiveram na origem do desenvolvimento económico local. Também a pesca, em particular a da Sardinha acusou um movimento considerável, conforme nos dá conta ROCHA (11), referindo que em 1666, 47 embarcações aí desembarcaram cerca de 8555 milheiros de Sardinha, que renderam ao fisco 858\$710 réis.

Entre as indústrias que já nessa data animavam a povoação, contavam-se além da Tanoaria e do Poleame, a exportação do sal, que a partir do século XVI se começou a intensificar na ilha da Murraceira — pertencente à casa de Tavarede — até então ocupada por pastagens e por campos de milho.

(11) Idem; ibidem; p. 63.

Daí que por Decreto de D. José I, datado de 12 de Março de 1771, a povoação da Figueira da Foz do Mondego tivesse sido elevada à categoria de Vila e aí criado o «lugar de Juíz de Fora, Crime e Orfãos». Simultaneamente foram anexados os coutos de Maiorca, Alhadas, Quiaios, Tavadrede e Lavos, as vilas de Buarcos e Redondos e ainda outras povoações a Sul do Rio Carnide ou Lourçal, desmembradas de Montemor-o-Velho (12).

Deixando de pertencer administrativamente ao Couto de Tavadrede, ao que parece por razões políticas que visavam o enfraquecimento de família Quadros residente nesta localidade, o engrandecimento da Vila da Figueira deveu-se sobretudo à intensificação da actividade marítima, que entretanto passou a animar o porto. O que justifica que nesse mesmo ano, tenham sido creditados os consules Inglês, Sueco, Dinamarquês, Hamburguês e Espanhol, nacionalidades bastantes representadas nas relações comerciais da época.

Com efeito, para além da presença de navios ingleses, que durante o século XVIII estiveram ligados ao comércio do sal, a Foz do Mondego era visitada por embarcações de outras nacionalidades — americana, sueca, russa, dinamarquesa e espanhola — mas sobretudo por portugueses. Como se pode aliás comprovar pela análise do Quadro II.

QUADRO II

NAVIOS ENTRADOS NO PORTO DA FIGUEIRA DE 1794 A 1800

ANOS	ING.	SUÉC.	RUS.	DIN.	ESP.	AMER.	PORT.	TOTAL
1794	11	2	—	2	1	6	173	200
1795	3	2	—	3	3	10	205	235
1796	13	—	1	2	—	11	193	221
1797	5	7	—	3	2	—	196	218
1799	11	2	—	—	2	—	213	234
1800	10	1	—	3	1	—	199	221

in: LOUREIRO; 1904; p. 224

(12) Idem; ibidem; p. 132.

Esta actividade justifica a relevância desta vila, como se deduz de uma descrição datada de 1791 (13): «a Figueira, que era há menos de 40 anos uma terra de nenhuma consideração, apenas se animou nela o comércio, tomou nova existência. Ela pode considerar-se como uma praça mercantil e encanado que seja o Mondego e desempedida a sua foz, fará inveja a Setúbal e Viana». Uma referência clara ao estado da barra que se vinha a deteriorar devido à presença dos «baixos e restingas de areia», existentes na parte terminal do seu percurso. O que motivara já em 1778 (14), que os comerciantes figueirenses tivessem apresentado à Câmara local uma petição pedindo um maior número de pilotos, em consequência do aumento do tráfego verificado e do número de naufrágios.

É que o assoreamento progressivo do rio Mondego — «que em épocas remotas desaguava no largo estuário hoje ocupado pela vila da Murraceira» (15) — e a diversificação dos tipos de embarcações e do aumento da arqueação, tornaram inoperacionais os portos flúvio-marítimos interiores de Coimbra, Montemor, Soure, Santa Eulália e Verride. E o reconhecimento da necessidade de reabrir um novo leito, conseguido por alvará de 22 de Março de 1791, aprovou a abertura de um leito em recta «fazendo desaparecer a Volta do Canal» (16). Por alvará de 28 do mesmo mês foi decidido mandar fazer o encanamento desde a foz do Mondego até Coimbra, superando, em princípio, o mau estado deste percurso.

Estas medidas, terão contribuído ainda mais para o desenvolvimento do pequeno burgo, onde, no dizer de TOMÁS, «se têm multiplicado os trabalhos a milhares de homens, sem detrimento das pescarias, dos officios mecânicos, e dos progressos da agricultura, antes tudo isto tem crescido com a população que he sempre relativa aos meios de subsistência ...» (17).

A acreditar numa descrição da época, entre 1781 e 1797 a povoação «teria crescido mais de metade», o que está aliás demonstrado pelo número de licenças de porta aberta, concedidas pela Câmara, que ultrapassaram,

(13) TOMÁS; 1898; p. 201.

(14) ROCHA: ob. cit.; pags. 200 e 201.

(15) Anuário dos Serviços Hidráulicos; 1934; p. 50.

(16) Idem; ibidem; p. 71.

(17) TOMÁS; ob. cit.; p. 201.

durante este período, uma média anual de meia centena (18). Repare-se ainda que só no ano de 1799, foram concedidas mais de 90 licenças para abertura de armazéns.

Deste modo a povoação, inicialmente concentrada na zona ribeirinha, ao ser impelida por este surto económico alargou os limites para Norte e Nascente (Fig. 3). Ao mesmo tempo que, para «aformoseamento da vila e pureza dos ares (19), a municipalidade mandou calçetar a parte central da Vila e ordenou os aterros das praias da Ribeira e da Reboleira (actuais Praça Velha ou General Freire de Andrade e a Praça Nova ou Praça 8 de Maio, respectivamente).

Também as construções junto da via pública passaram a ser sujeitas a licença e alinhamento e os proprietários, em especial os da parte central da Vila, obrigados a fazerem calçadas das suas casas até uma braçada de largura (20).

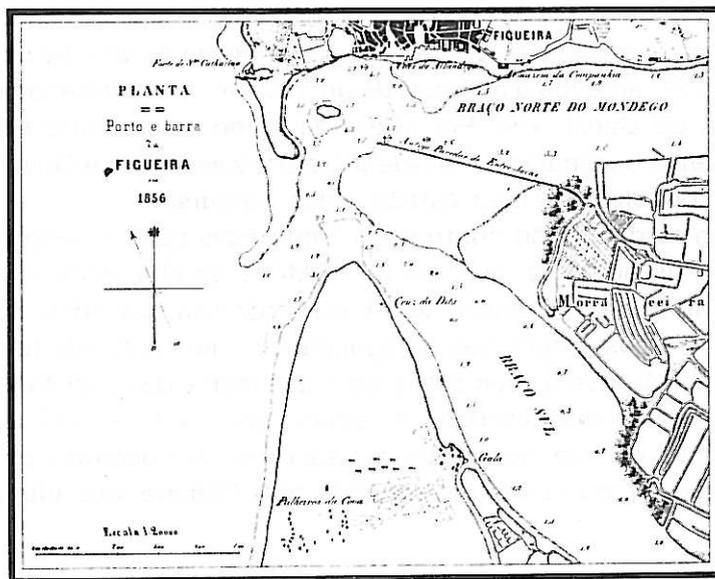


Fig. 3 - Planta do porto e barra da Figueira da Foz em 1801.

(18) PINTO E ESTEVES; ob. cit.; p. 49.

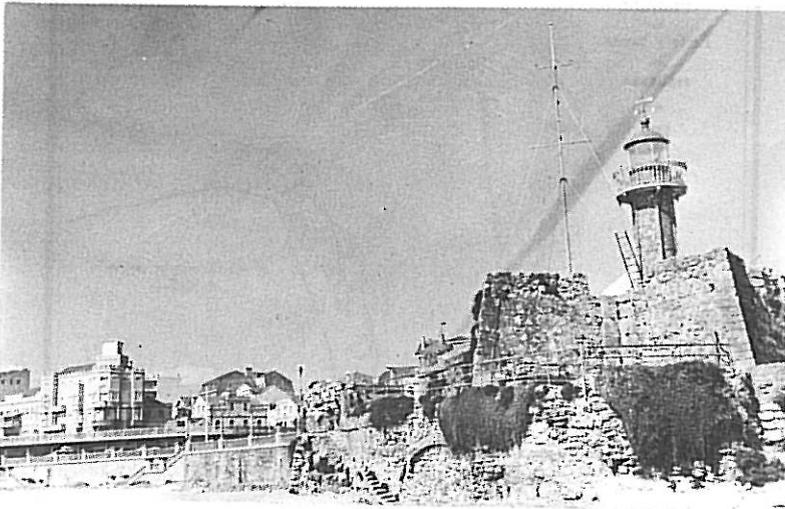
(19) Idem; ibidem; p. 44.

(20) ROCHA; ob. cit.; p. 142.

3. A cidade

Foi nossa preocupação, ao longo das páginas anteriores, mostrar como se desenvolveu a povoação primitiva até à sua evolução à categoria de Vila, durante o 3º quartel do século XVIII. Pretendemos, de seguida, evidenciar alguns dos aspectos mais relevantes que estiveram na origem da sua elevação a cidade, durante a década de oitenta do século passado.

Com efeito, a intensa actividade económica que animou a vida da povoação nos finais do século XVIII, foi interrompida nos primeiros anos do século passado, durante o período conturbado das invasões francesas. O que se repercutiu igualmente na ocupação do forte de Santa Catarina, desde Dezembro de 1807 até Junho do ano seguinte, data em que as tropas do académico Zagalo ocuparam de novo esta fortaleza (Est. I).



I - Forte de Santa Catarina.

Assim, devido às perdas da população provocadas pela peste em 1810 e à instabilidade política ocorrida durante os anos seguintes, a Figueira da Foz acusou, durante pelo menos o 1º quartel do século passado, um crescimento mais lento, daquele que havíamos conhecido até então. Comprovamos a paralização dos trabalhos de exploração das minas de carvão do Cabo Mondego, iniciadas em 1773, por deliberação do Marquês de Pombal. Ainda que retomadas em 1833, a intensificação da exploração mineira só em 1873

se começou a verificar, quando da formação da «Companhia Mineira e Industrial do Cabo Mondego» à qual competia, para além da exploração do carvão local, o fabrico de cal hidráulica e cal gorda, de vidros e produtos cerâmicos, e ainda a exploração do caminho de ferro americano, ligando o cais novo da Figueira da Foz, ao cabo Mondego.

Do mesmo modo o decréscimo do movimento comercial, motivado pelos surtos de impraticabilidade da barra, que em 1837 foram objecto de estudo por parte do Eng^o Mouzinho de Albuquerque, acentuaram-se durante a 2^a metade desse século (Fig. 4). Sem que tal se tenha traduzido

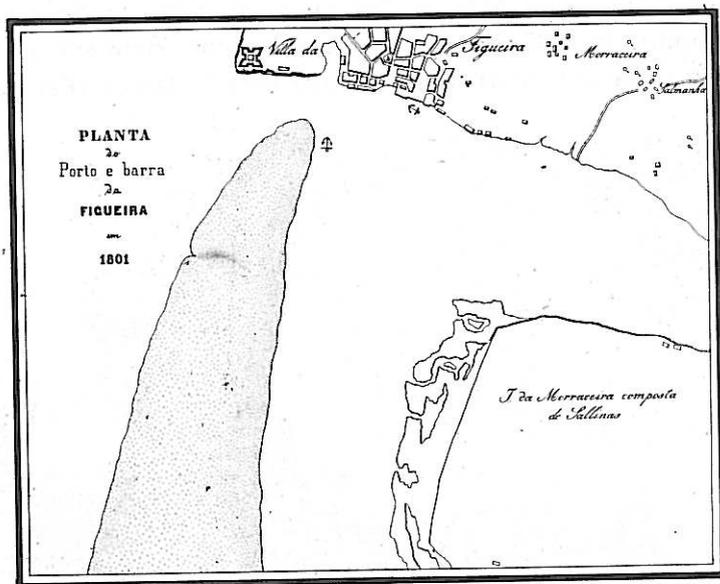


Fig. 4 - Planta do porto e barra da Figueira em 1856.

numa asfixia da vida da povoação, como se depreende dos melhoramentos então realizados. Entre os quais assinalamos a inauguração da Associação Comercial da Figueira em 1835, a criação da Santa Casa da Misericórdia em 1839, a fundação da Assembleia Figueirense e da Filarmónica Figueirense, respectivamente em 1839 e 1840. E ainda a anexação dos coutos de Vila Verde à vila da Figueira em 1821 e dos concelhos de Lavos e de Maiorca em 1853. Assim mostrando, que embora dominada por outras pretensões, a população figueirense continuava interessada no crescimento efectivo da

sua vila. Favorecido, aliás, pelo aparecimento de outras actividades, como o Veraneio, que entretanto começou por ter uma certa relevância.

De tal modo que, já por volta de 1858, a Figueira da Foz foi considerada como a melhor praia de Portugal e nos anos seguintes a afluência de banhistas foi tão elevada, que inúmeras famílias foram veranejar para outras praias, por falta de moradias» (21). O que motivou, em 1861, a fundação da «Companhia Edificadora Figueirense» destinada à construção de um novo bairro junto ao forte de St^a Catarina, ao que parece «uma pequenina miniatura desse grande bairro madrileno, chamado bairro de Salamanca» (22). Trata-se aliás, de uma das grandes iniciativas tomadas durante as últimas décadas do século passado e que marcou um dos períodos aureos da vida Figueirense, prosseguindo depois da elevação à categoria de cidade, em 1882.

Entre outros melhoramentos então levados a cabo, destacamos a construção do Ramal do Caminho de Ferro da Pampilhosa, ligando a Figueira da Foz à linha do Norte e à Beira Alta e facilitou o movimento de mercadorias, até então expeditas pela estação de Formoselha (1880-1892). Ainda que funcionando como factor concorrente de cabotagem costeira, a abertura desta linha permitiu uma ampla penetração dos produtos da indústria local — peixe e sal, cal e carvão — em vários pontos do país, nomeadamente nas Beiras e mesmo em Espanha.

Do mesmo modo, o decréscimo que desde meados desse século vinha acusando o movimento portuário, registou um aumento significativo entre 1870 e 1880, facto que em parte se poderá justificar pela deslocação do movimento portuário de Aveiro para a Figueira, conseqüente à obstrução parcial da sua barra (Quadro III).

Assim, no ano económico de 1890/91, o número de entradas no porto da Figueira foi de 306; no de 1894/95 de 191 e no de 1899/900 registaram-se apenas 144 (ver Fig. 2). Esta decadência foi ainda acompanhada por uma redução de tonelagem movimentada: 38 862 toneladas em 1890/91; 14 479 em 1894/95 e apenas 11 211 em 1899/1900, sendo ainda confirmada pela evolução dos valores das mercadorias importadas que «no quinquênio de 1845/1850 atingiram os 2080\$00 réis e no de 1895/1900 descem para metade» (23).

(21) PINTO E ESTEVES; ob. cit.; p. 143.

(22) FERNANDES; 1971.

(23) OLIVEIRA; 1967; p. 9.

QUADRO III
 NAVIOS ENTRADOS NO PORTO DA FIGUEIRA
 DA FOZ

ANOS	NAVIOS ENTRADOS
1850/1855	356
1855/1860	402
1860/1865	406
1865/1870	327
1870/1875	397
1875/1880	440
1880/1885	367
1885/1890	347
1890/1895	225
1895/1900	144

Reduzidas as actividades comerciais e a pesca longínqua e costeira, que continuava a animar a povoação, já então descoberta pelo Veraneio, só alguns decénios depois aquelas reaparecem com novas estruturas.

Entretanto o reconhecimento da importância crescente desta povoação e como gratidão do acolhimento que foi prestado a D. Luís, quando da sua visita em 3 de Agosto de 1882, para a inaugurar a linha de Caminho de Ferro da Beira Alta, a Vila foi elevada à categoria de Cidade, em 20 de Setembro de 1882.

É o que se confirma pela leitura do Decreto Régio, que em parte transcrevemos:

«Atendendo a que a Vila da Figueira da Foz no distrito de Coimbra é actualmente uma das mais importantes do reino, pela sua população e riqueza, e desejando por ocasião da minha visita àquela Vila dar aos habitantes dela um solene testemunho de apreço pelos honrados esforços que tem empregado para o seu progressivo desenvolvimento, hei por bem mercê à dita Vila da Figueira da Foz de a elevar à categoria de cidade, com a denominação de *Cidade da Figueira da Foz*: e me apraz que nesta qualidade goze de todas as prerrogativas, liberdades e franquezas que directamente lhe pertencem, devendo expedir-se à respectiva Câmara Municipal

competente carta em dois exemplares, uma para título daquela corporação e outra para ser depositada no Real Arquivo da Torre do Tombo ...».

II - OS FACTORES DE CRESCIMENTO URBANO

O conjunto de melhoramentos que antecederam a elevação da Vila da Figueira da Foz a Cidade, testemunhos do desenvolvimento da economia figueirense durante o 3º quartel do século passado, tiveram depois de 1882 algum seguimento, acompanhando o ritmo e a expansão urbana, que desde então se tem verificado.

Alguns desses sintomas são-nos referidos pelo aumento da população residente, pelo alargamento da área construída e pela diversificação das actividades, centradas em torno de dois polos de desenvolvimento local — o porto e o veraneio — aos quais poderemos ainda juntar a indústria, com largas tradições nesta área.

Daí o analisarmos em separado cada um destes assuntos, antes de nos debruçarmos sobre a evolução e as funções urbanas.

1. O Porto

1.1. A actividade comercial

Situando-se o porto da Figueira da Foz na parte terminal do rio Mondego, o qual, apesar do seu percurso (220 Kms de comprimento), apresenta a jusante de Coimbra um vale bastante amplo e meandrizado (apesar das correcções feitas pelo homem), que identificam a fase de Senilidade, correspondente à sua parte terminal.

Daí que o assoreamento progressivo do seu leito se tenha vindo a verificar ao longo dos séculos, dificultando o acesso aos portos flúvio-marítimos e interiores — Coimbra e Montemor — e a transferência desse movimento para a parte final do seu leito.

Com efeito, a persistência de línguas de areia junto à foz, já assinaladas por VANDELLI em 1791 (24) e as divagações constantes da embocadura do rio Mondego, além de se tornarem perigosas para a navegação, constituíam um entrave à expansão do movimento portuário. O que justificou os

(24) VANDELLI; 1791; p. 21.

estudos elaborados em 1837 pelo Eng^o Mouzinho de Albuquerque, onde se descreve o estado do porto e do seu estuário, nos termos seguintes:

«O porto da Figueira acha-se em grande parte obstruído e reduzida a mui pouco fundo, especialmente deante da Villa, e no mesmo estado de falta de fundo se acha o canal, um braço do Mondego que a partir da ponta da Quinta do Canal raze a falta das montanhas do norte da Villa ... Os hiates e navios apenas podem fundear abaixo da Villa ou atrás do cabedelo, onde o fundo é mais considerável. O outro braço do Mondego a que vulgarmente se dá o nome de rio de Lavos, é igualmente muito pouco profundo, não excedendo a sua profundidade, na maior parte dos pontos e nas circunstâncias mencionadas, 3 a 4 palmos (0,66a0,88m), e formando-se por todo elle cabeças de areia que embaraçam e interrompem a navegação, a qual só em praia-mar, ou próximo a elle, é praticável para os barcos carregados» (25).

Tal estado era extensivo a parte do seu percurso até Coimbra, muito embora a pesca fosse ainda possível neste porto fluvial e no de Montemor, onde por meados dos anos oitenta do século passado, se empregavam mais de duas centenas de pessoas na pescas da lampreia, do sável e de outras espécies fluviais (Quadro IV).

QUADRO IV

MOVIMENTO DA PESÇA FLUVIAL: PORTOS DE MONTEMOR E COIMBRA

	<i>n.º de embarcações</i>	<i>n.º de tripul.</i>	<i>n.º total de pessoas</i>	<i>espécies</i>	<i>valor do pescado</i>
MONTEMOR	35	110	146	Sáveis Lampreias Peixes div.	800\$000 500\$000 80\$000 <hr/> 1 380\$000
COIMBRA	18	50	70	Sáveis Lampreias Peixes div.	400\$000 300\$000 50\$000 <hr/> 750\$000

in: SILVA; 1981; p. 122

(25) OLIVEIRA; ob. cit.; pags. 10 e 11.

Mas nem só a pesca e o transporte de mercadorias eram afectadas pelas condições do leito. O mesmo sucedia à agricultura, devido às cheias que periódicamente inundavam os campos do baixo Mondego.

Oportuno nos parece referir a descrição que o Pe. Estevão Cabral fez deste percurso:

«Depois que o Mondego lava a cidade de Coimbra, não há quem não saiba que ele entra de repente nos seus campos planos, e nos mesmos corre sete légoas até ao mar: mas a História destas sete légoas, se alguém em miudeza as escrevesse, não poderia ser senão dolorosíssima» (26).

Uma vez mais, o agravamento das condições de acesso à barra do Mondego (como foi referido anteriormente) tenha levado a uma redução do movimento portuário, à semelhança do que aconteceu durante o último quartel do século passado.

Com efeito, de uma média anual de 743 navios entrados no porto da Figueira da Foz entre 1843 e 1845, esse valor atingiu os 871 entre 1875 e 1880, para se quedar nos 287 entre 1895 e 1900. O que outros autores justificaram, dever-se mais a motivos de ordem económica, do que ao estado da barra (27).

Que as condições de acesso não seriam as melhores, apesar do movimento portuário então verificado, já o salientámos a propósito dos trabalhos elaborados pelo Eng.º Mouzinho de Albuquerque e de algumas das suas propostas, entre as quais se destacava a regularização do troço da margem direita do braço norte, pela construção de um cais ou paredão, dirigido da Vila ao Forte (28) (Fig. 5). Ou ainda pela visita que o rei D. Fernando fez à Figueira no ano de 1852, para se inteirar do estado do porto e pelos múltiplos estudos, propostas e trabalhos realizados até 1926 e de que se salientam as dragagens interiores; a construção de paredões; a abertura de canais interiores; a fixação das encostas da barra do Mondego (com o objectivo de reduzir o caudal sólido) e que culminaram com as primeiras obras realizadas — no âmbito da 1.ª Fase do Plano Portuário em 1929.

Construído o cais da Avenida em 1872, essas obras consistiram na fixação da margem sul da embucadura, pondo-se termo às divagações da barra; ao melhoramento das condições de acesso ao porto e à ampliação

(26) Idem; ibidem; p. 10.

(27) D.G.S.H.; 1966; p. 7.

(28) Idem; ibidem; p. 10.

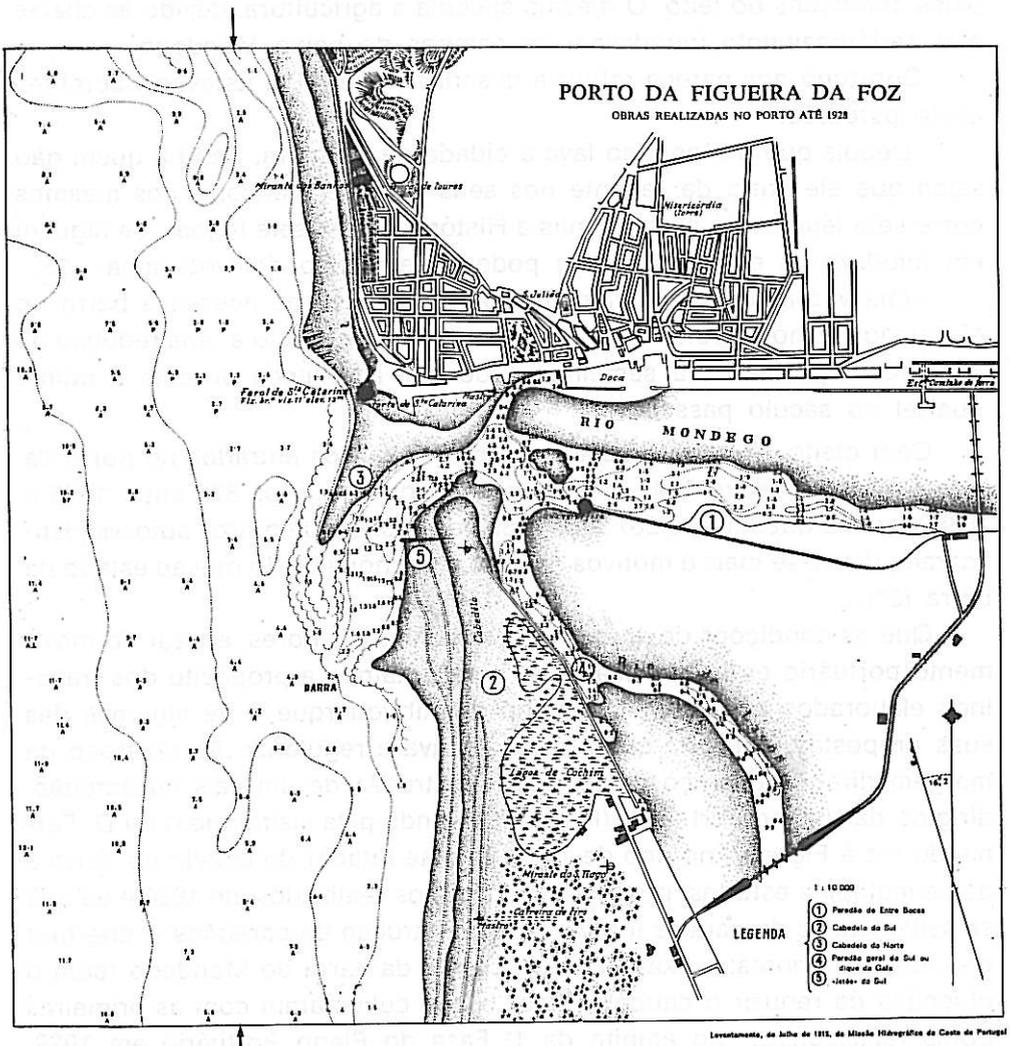
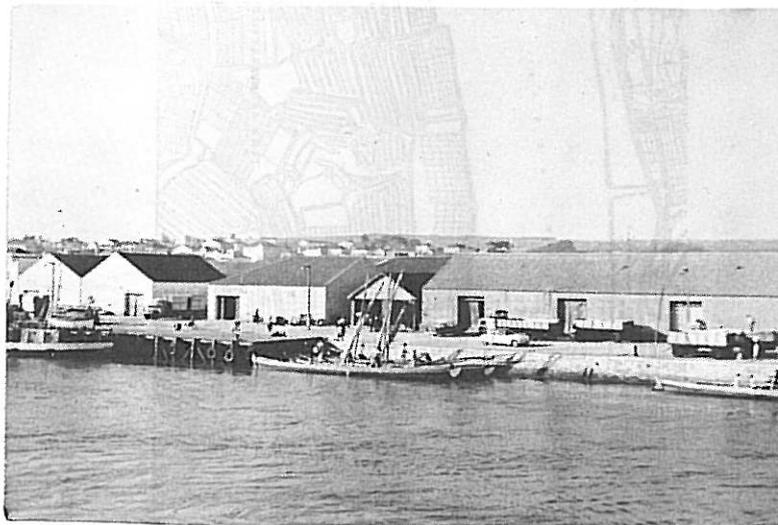


Fig. 5 - Porto da Figueira da Foz (obras realizadas no porto até 1928).

das instalações comerciais, através da construção do cais do Trapiche, em 1934 (Est. II). Depois desta data seguiu-se um longo período de ensaios e



II - Cais do Trapiche e armazéns do porto.

estudos, até que em 1959 foi ultimado o «Projecto de Obras Exteriores do Porto da Figueira da Foz» e iniciados novos melhoramentos em 1961, que culminaram em 1966 (1ª fase), com a inauguração de dois molhes convergentes, um a Norte e outro a Sul da Foz do Mondego (Fig. 6).

Daí que a diminuição do movimento comercial, esboçado nos finais do século passado, se tenha acentuado nos anos seguintes. Assim, de uma média anual de 162 navios entre 1900 e 1903, passou-se para 70 entre 1923 e 1927 e após a realização das primeiras obras, aumentou para 113 entre 1937 e 1940, sendo de 111 entre 1941 e 1945.

Estas variações, devidas ainda à introdução de unidades de navios de maior arqueação, o que se começou a verificar desde os finais do século passado após a substituição da propulsão à vela pelas máquinas a vapor, correspondem ao aumento da TAB média por navio, embora acompanhado por uma redução global das mercadorias movimentadas (Quadro V).

A partir de 1967 o movimento comercial volta a animar-se, aumentando o número de navios entrados e ainda o de mercadorias movimentadas, em parte devido à exportação maciça da pasta de celulose proveniente de uma unidade fabril, a CELBI, recentemente instalada nesta área.

Assim, o movimento comercial (importações e exportações), passou de

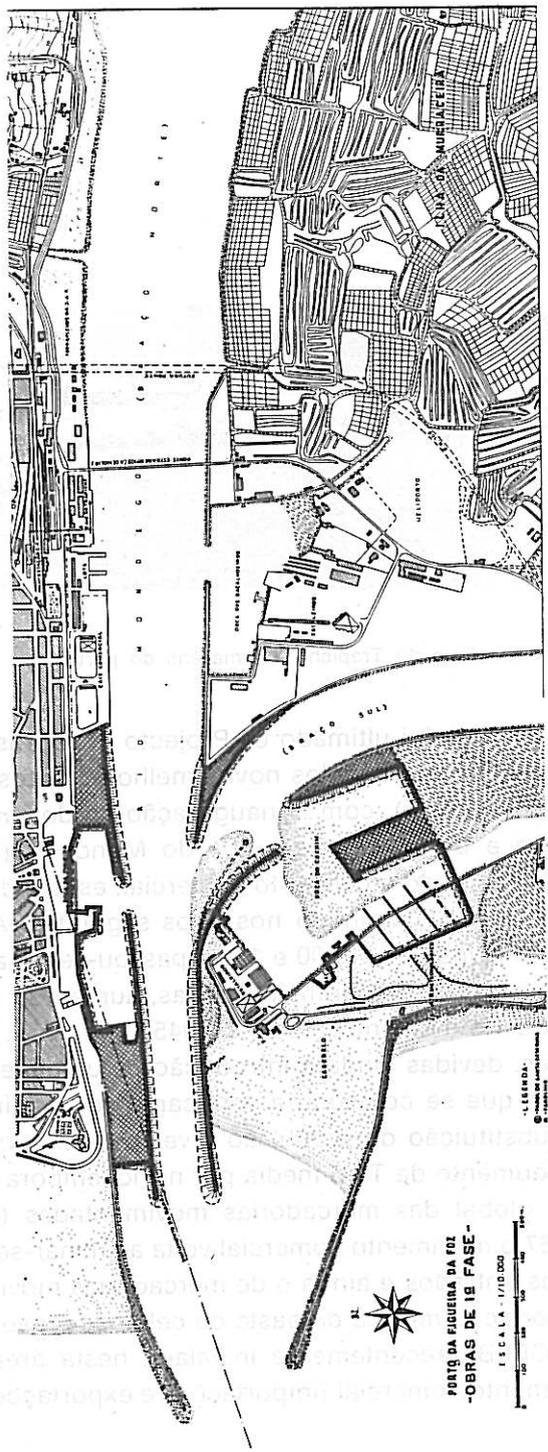


Fig. 6 - Porto da Figueira da Foz (obras da 1ª fase).

QUADRO V

MOVIMENTO COMERCIAL: PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ

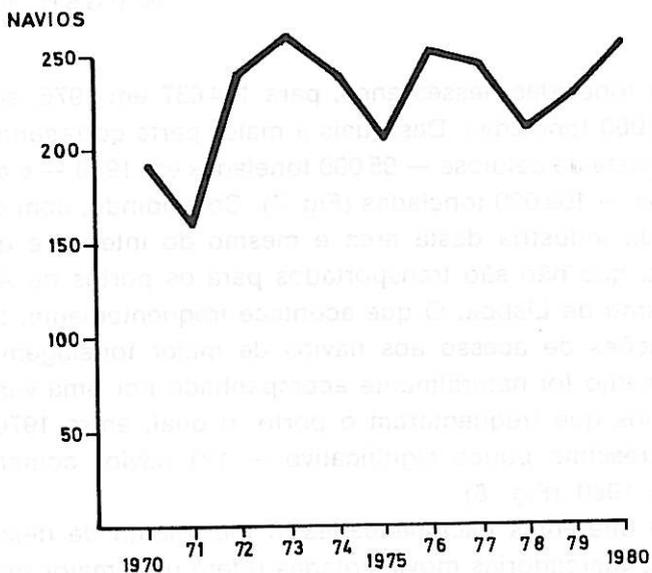
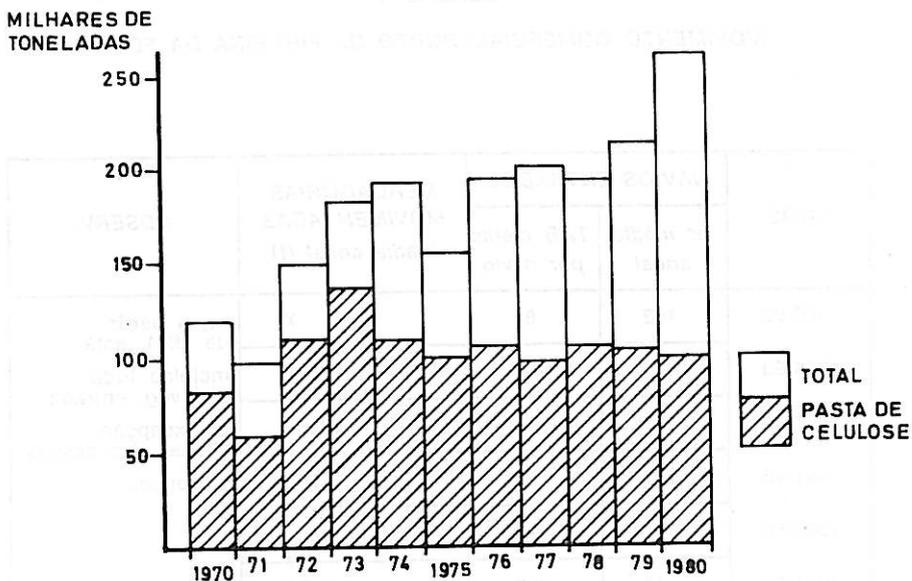
ANOS	NAVIOS ENTRADOS		MERCADORIAS MOVIMENTADAS média anual (t)	OBSERV.
	n.º médio anual	TAB média por navio		
1900/03	162	84	X	(x) a partir de 1941, está incluída toda a naveg. entrada c/ excepção apenas das pescas costeiras.
1923/23	70	100	1744	
1937/40	113	275	13852	
1941/45	111	150	14290	
1946/50	81	194	14944	
1951/55	32	336	7919	
1956/60	17	331	4544	
1961/64	16	549	4240	

in: D.G.S.H.; 1966

cerca de 21 000 toneladas nesses anos, para 194 637 em 1976, superando em 1980 as 250 000 toneladas. Das quais a maior parte correspondentes à exportação da pasta de celulose — 95 000 toneladas em 1980 — e à madeira e seus derivados — 102 000 toneladas (Fig. 7). Coincidindo, com os principais produtos da indústria desta área e mesmo do interior e do sul da Figueira da Foz, que não são transportados para os portos de Aveiro, de Leixões ou mesmo de Lisboa. O que acontece frequentemente, devido às precárias condições de acesso aos navios de maior tonelagem.

Este movimento foi naturalmente acompanhado por uma variação do número de navios que frequentaram o porto, o qual, entre 1970 e 1980, registou um acréscimo pouco significativo — 191 navios comerciais em 1970 e 255 em 1980 (Fig. 8).

Embora de diferentes nacionalidades, o movimento de destino e de procedência das mercadorias movimentadas refere uma maior preferência



pelos países do Ocidente e do Norte da Europa: França, Inglaterra, Suécia, Noruega, ou já a Itália e Marrocos (Fig. 9).

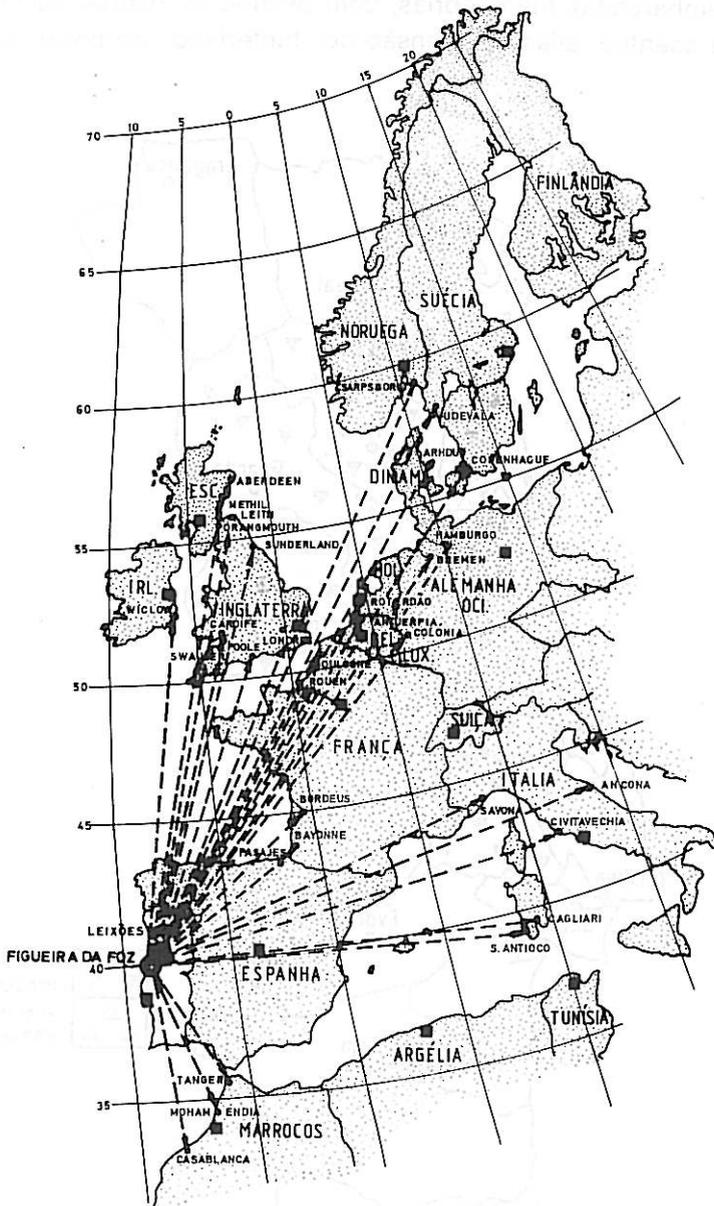


Fig. 9 - Porto da Figueira da Foz - comércio internacional.

Do mesmo modo a origem e o destino destas mercadorias não se limitou à Figueira ou ao distrito de Coimbra, mas ainda aos restantes distritos da região centro — Aveiro, Viseu, Guarda, Castelo Branco e Leiria — sendo ainda desembarcadas mercadorias, com destino ao distrito do Porto (Fig. 10). O que acentua, aliás, a extensão do «hinterland» do porto da Figueira

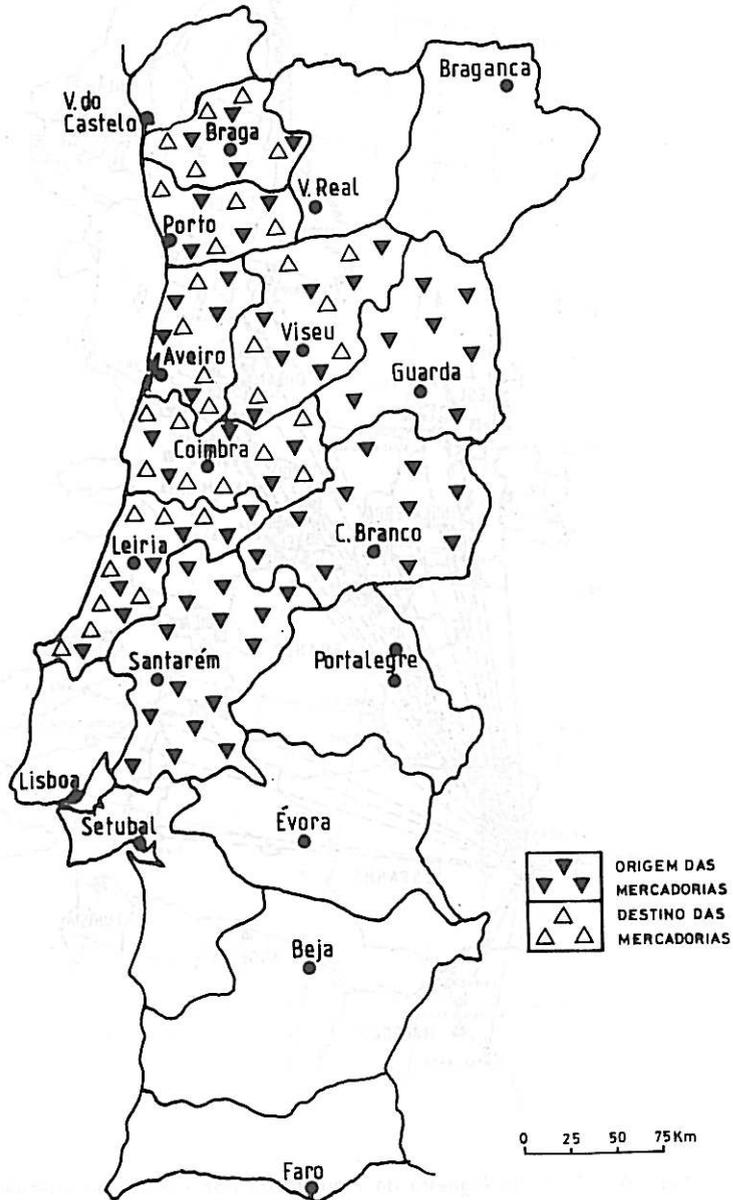


Fig. 10 - Porto da Figueira da Foz - área de influência (1980).

da Foz, que se espera ver alargado depois das obras de beneficiação em curso. Iniciadas com a construção da nova ponte sobre o Mondego (inaugurada em 1982) e com as operações de dragagem do canal de acesso, esta 1ª fase compreende ainda outros melhoramentos, entre os quais se destacam: as obras de beneficiação das instalações piscatórias na Doca do Cochim (29); a construção de um cais de descarga do bacalhau; de uma rampa de varagem (com o respectivo cais de apoio) e de um pontão flutuante para o terminal fluvial. Além da regularização das margens do Mondego, com vista ao desassoreamento da entrada do porto, um dos flagelos que continua a pairar sobre o porto, mesmo depois da construção dos molhes, na foz do Mondego.

E que se afiguram do máximo interesse para a revitalização deste complexo portuário, como foi no início do nosso século a construção da Velha ponte sobre o Mondego (aberta ao público em Janeiro de 1907 e que constituía uma das aspirações da população local antes ainda da sua elevação a cidade); a construção do «Cais do Trapiche» e da «Doca dos Bacalhoeiros» (concluída durante a primeira metade da década de trinta) e da ponte sobre o braço sul do Mondego, concluída em 1942.

1.2. A pesca

A presença do porto pesqueiro tem sido da maior importância para o desenvolvimento da economia figueirense, não só pela sua ligação a outras actividades — construção naval, salicultura (Est. III), seca e conservas de peixe — mas ainda pelos capitais que movimenta e pela mão de obra que emprega. Muito embora esta actividade seja reconhecida como uma das mais antigas, pois como refere COSTA (30), depois desta povoação ter sido arrasada pelos árabes em 717, da qual restou apenas a Igreja de S. Julião «vieram para aqui, estabelecerem-se alguns pescadores, mas por muito tempo não houve povoação importante». Isto porque a alfândega primitiva estava localizada em Buarcos e à foz do Mondego se chamava ainda Foz do Mondego de Buarcos (31).

(29) Uma das quatro unidades que constituem o porto de pesca, que dispõe ainda do Cais do Trapiche, da Lota da Sardinha e da Doca dos Bacalhoeiros.

(30) COSTA; 1938; p. 752.

(31) ROCHA; ob. cit.; p. 16.



III - Salinas em exploração.

Assim muito embora praticada desde longa data, só com o declínio do porto pesqueiro de Buarcos, motivado pela decadência da arte de arrasto costeiro e pela motorização da frota pesqueira, mais exigente em ancoradouros e instalações, é que a pesca local começa a ganhar maior importância.

O que não acontecia ainda nos finais do século passado, já que o porto mais importante era o de Buarcos, cuja actividade principal consistia na apanha da Sardinha e da Pescada, sendo a sua supremacia evidente, não só quanto ao total do pescado, mas ainda quanto ao seu valor total. É o que se deduz da análise do Quadro VI, onde se referem alguns indicadores sugestivos: nº de pessoas empregadas, nº de embarcações e total da pescaria explorada, durante o ano de 1886.

Dominada pela pesca fluvial, praticada em toda a bacia inferior do rio Mondego, de Coimbra à Figueira da Foz, a pesca costeira e do alto era pouco significativa nesta época, muito embora fosse já praticada a pesca do bacalhau nos bancos da Terra Nova.

Impulsionada localmente por capitães regressados da América e oriundos da Ilha de S. Jorge (Açores), este tipo de pesca dispunha, em 1889, de

QUADRO VI

IMPORTÂNCIA DA PESCA NOS PORTOS DE BUARCOS E FIG. DA FOZ (1886)

Portos	n.º de pessoas	n.º de embarcações e jangadas	Pesca explorada	
			Kg	valor
Buarcos	350	19	352.000	28.167\$000
Fig. da Foz	234	52	162.100	12.970\$567

in: SILVA; 1891; p. 418

uma flotilha constituída por 3 navios, tendo conhecido nos anos seguintes, até aos finais dos anos vinte — no período aureo da navegação à vela — uma grande expansão. Como o comprova, aliás, o número de lugres ao serviço em 1921 — cerca de uma dezena (com 379 tripulantes) — pertencentes às companhias: Atlântida, Lusitânia, Sociedade Figueirense de Pesca, Oceano e Companhia de Pescas e Transportes (32).

A partir de então este tipo de pesca começou por referir indícios claros de uma certa recessão, tendo o número de lugres matriculados no porto da Figueira da Foz passado de 11 em 1928, para 8 em 1930 e contando apenas com duas unidades em 1935. Do mesmo modo o número de tripulantes passou de 453 na primeira data para 350 no início dos anos trinta, contando-se apenas 77 nesta última data.

Este facto é aliás justificado pelo assoreamento constante da barra e pelas deficientes infra-estruturas do porto, limitado ao cais do Trapiche, sem bacias de manobra nem fundeadouros adequados. O que obrigava frequentemente a que muitos arrastões, uma vez entrados no porto da Figueira não conseguissem desembarcar o peixe capturado, sendo por isso obrigados a sair. Facto que foi acompanhado pela saída de algumas empresas armadoras, para os portos de Aveiro e de Lisboa.

(32) «A Voz da Justiça» - 30/12/21.

Situação que contrasta com que se verificara nos finais do século XIX, quando a pesca local atingiu uma certa relevância, como aliás o confirma o número das embarcações e dos marítimos registados na Capitania do Porto da Figueira da Foz, que no quinquénio de 1898 a 1903 orçou, em média, os 347 indivíduos e 2144 embarcações (Quadro VII). Repare-se no entanto, que concluídas as obras portuárias em 1934, assistiu-se a um aumento da faina piscatória (pesca costeira e do bacalhau), cuja produção global passou de cerca de 11 000 toneladas no triénio de 1937/40, para 17 800 toneladas entre 1961/1964 (Quadro VIII).

QUADRO VII

IMPORTÂNCIA DA PESCA NO PORTO DA FIG. DA FOZ

ANOS	n.º de embarcações	n.º de pessoas empregadas	IMPORTÂNCIA TOTAL DA PESCA
1898 a 1899	398	2.100	221.780\$544
1899 a 1900	326	2.000	254.931\$362
1900 a 1901	326	2.000	250.604\$286
1901 a 1902	341	2.300	211.445\$975
1902 a 1903	346	2.320	205.988\$468
média	347	2.144	228.950\$127

in: LOUREIRO; 1901

QUADRO VIII

IMPORTÂNCIA DA PESCA NO PORTO DA FIG. DA FOZ

ANOS	Pesca Costeira		Pesca do Bacalhau		TOTAL	
	10 ³ ton	10 ⁶ Esc.	10 ³ ton	10 ⁶ Esc.	10 ³ ton	10 ⁶ Esc.
1923/27	X	X	X	X	X	8,0
1937/40	8,5	4,7	2,5	5,0	11,0	9,7
1941/45	8,8	17,2	3,4	18,2	12,2	35,4
1946/50	8,6	26,3	3,1	17,8	11,7	44,1
1951/55	9,0	24,4	3,2	18,7	12,2	43,1
1956/60	11,0	29,2	2,9	12,0	13,9	41,2
1961/64	14,2	41,1	3,6	23,1	17,8	64,2

in: D.G.S.H.; 1966

De então para cá indicam-se os anos de 1965 a 1968, com uma média de quase vinte mil toneladas de pescado (arrasto, traineiras e diversos) desembarcado no porto da Figueira da Foz, valor idêntico aos dois últimos anos de 1979 e de 1980 (Quadro IX e Fig. 11).

QUADRO IX

PESCADO DESCARREGADO NO PORTO DA FIG. DA FOZ

Designação	Unid.	Valores	
		1979	1980
Pesca Costeira	Kg	20.074.001	23.974.292
— Arrastões costeiros	Kg	6.289.087	5.953.195
— Traineiras	Kg	12.968.075	16.746.514
Pesca Longínqua	Kg	881.300	830.000
— Bacalhau	Kg	770.000	750.000
— Despojos	Kg	71.000	54.000
— Peixes congelados	Kg	20.300	17.000
TOTAIS	Kg	20.955.301	24.704.292

MILHARES DE TONELADAS

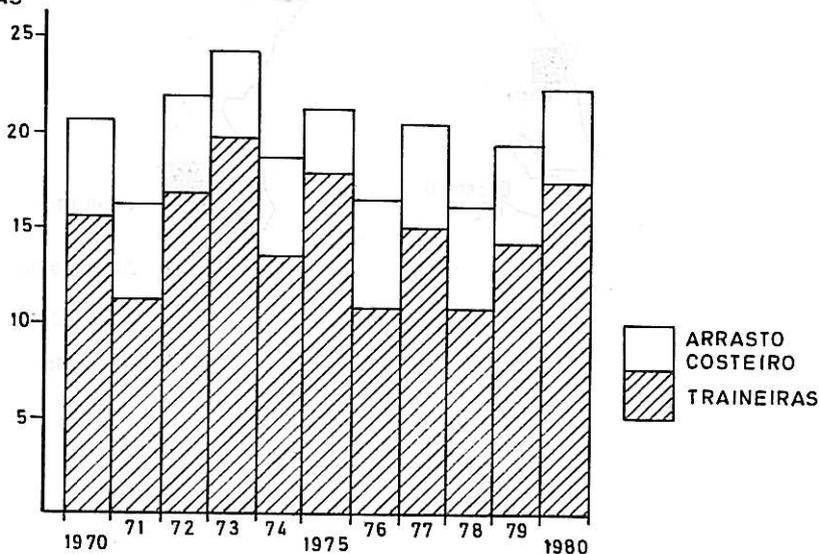


Fig. 11 - Evolução do pescado - Figueira da Foz.

Devido, no entanto, às cotações atingidas pelas diferentes espécies, o valor global passou de cerca de 53 000 contos em 1965, para mais de 550 000 contos no ano de 1980.

Estes valores confirmam a importância do porto da Figueira da Foz, em relação aos restantes portos pesqueiros do país já que, no ano de 1980, das 136 856 toneladas de peixe desembarcado nos portos do continente, cerca de 16,6% foram aqui descarregadas (Fig. 12).

O que o colocou na 2ª posição, logo a seguir a Matosinhos, com mais de 47 000 toneladas de pescado aí movimentadas.

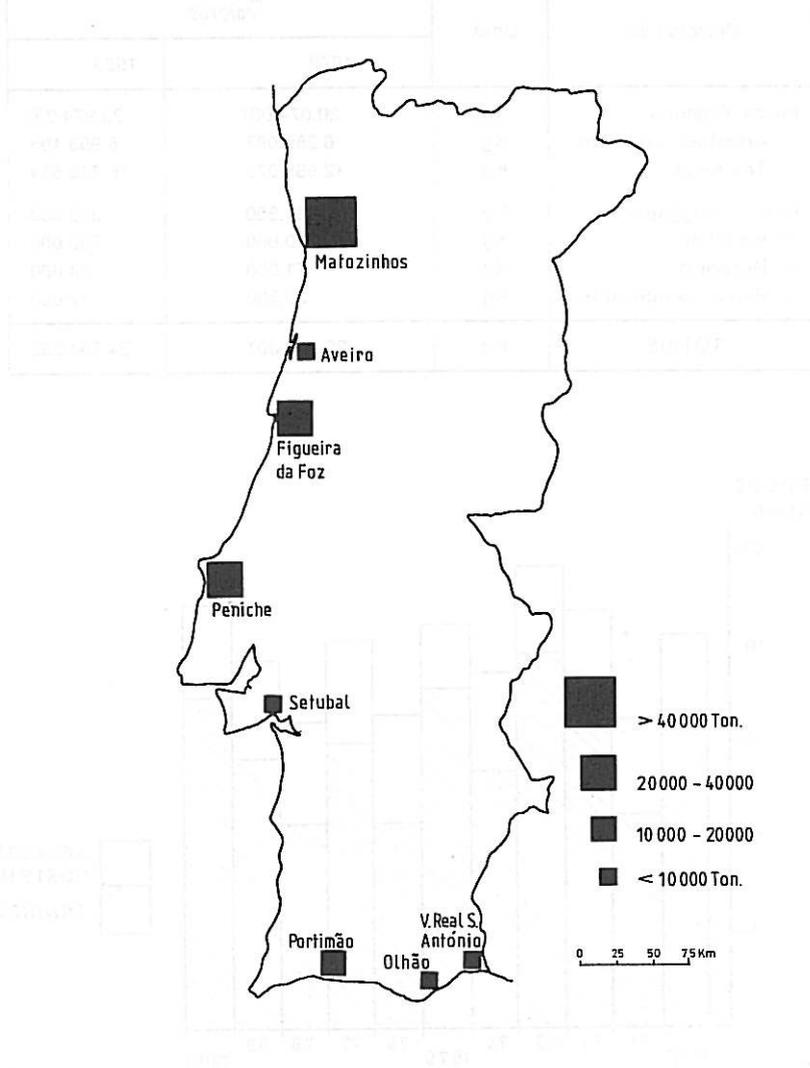


Fig. 12 - Pescado movimentado no Continente (1980).

2. A Indústria

Ao referirmos a indústria figueirense, uma primeira separação nos ocorre: a de agrupar as que directamente estão relacionadas com o mar e por isso se contam entre as mais antigas da povoação e as de criação mais recente, que embora possam ter aproveitado as facilidades portuárias (caso das indústrias de celulose), a sua localização, foi no entanto determinada por outros factores.

Pensamos por outro lado que a abordagem a fazer, por se tornar demasiado longa num trabalho desta natureza, terá de atender não sómente aos aspectos mais significativos, ligados à sua antiguidade e às razões da sua criação, mas ainda às perspectivas de cada uma dessas actividades e às suas relações com outros sectores da economia local e regional, de que o centro urbano da Figueira da Foz tem constituído um dos principais pólos.

Quedemo-nos por agora, numa referência às mais antigas. Algumas persistem ainda nos dias de hoje e outras como as de Cordoaria e Tanoaria — que tiveram grande desenvolvimento durante os séculos XVII a XIX, quando da grande exportação dos vinhos portugueses para os portos americanos de Boston, Baltimore e Filadelfia e ainda para o Brasil — desapareceram por completo, uma vez paralisado este tipo de movimento. Ainda que em menores dimensões, a do Poleame, persiste nos dias de hoje.

Quanto às primeiras, a indústria de sal constitui uma das mais antigas desta área já que, as primeiras notícias sobre as marinhas locais aparecem em documentos dos finais dos séculos XI e XII (1092 e 1166). Que tenhamos conhecimento a sua exploração começou a ser praticado em larga escala na ilha da Murraceira a partir dos séculos XVI e XVII, em consequência da grande necessidade de sal nos mercados europeus e das altas cotações atingidas. Daí resultando a sua exportação em grande quantidade para os portos açoreanos e ingleses.

Posteriormente à inauguração do ramal da Pampilhosa, alargou-se ainda mais o mercado consumidor, devido à sua exportação para Espanha.

Ao mesmo tempo intensificou-se a sua produção em Lavos e em Vila Verde, mas sobretudo na Murraceira, locais que no seu conjunto apresentam as melhores condições para a salicultura — terrenos com cotas reduzidas, boa exposição solar e aos ventos dominantes (Est. IV).

Como nos restantes centros salineiros do Continente a produção tem sido muito variável, acusando uma redução apreciável nos últimos anos, o que se deve ao progressivo abandono das marinhas em exploração — cerca de 400 em 1936, 229 em 1954 e cerca de 240 em 1980. Do mesmo modo a mão de obra passou de 1300 indivíduos (500 marnoteiros e 800 mulheres em 1936) para cerca de 1078 em 1954 (238 marnoteiros, 138 moços e os restantes, mulheres). No ano de 1980, este valor não atingiu sequer as duas dezenas — apenas 178 marnoteiros.

Do mesmo modo, a produção decaiu de mais de 82 000 toneladas naquela data para 32 216 toneladas em 1954, e de 24 000 toneladas em 1960 para cerca de 20 000 em 1979. No ano de 1980, a produção foi da ordem dos 25 000 toneladas.

Como já referimos, também a indústria das construções navais é uma das mais antigas da povoação, já que em documentos do século XVI se dá conta dessa actividade. Uma dessas referências encontra-se em escrituras celebradas em 1592 nomeando a «Terra de Assento» ou «chão de assento onde se fazem navios» (33), sita a sul da Igreja de S. Julião e provavelmente junto a uma das praias fluviais então existentes.

Um século mais tarde, por volta de 1611, outras notícias referem-se à mesma actividade e ao desenvolvimento alcançado por esta indústria, que construía embarcações de boa qualidade para os armadores locais de Buarcos e de Redondos e ainda para Sesimbra, Porto, Lisboa e mesmo para a Ilha da Madeira» (34).

O ritmo destas construções, que entre 1783 e 1800 alcançou os 27 navios, terá diminuído nos finais do século XIX, devido não só ao decréscimo do movimento comercial, mas ainda à inutilização dos estaleiros da ponta da Murraceira, de Vila Verde, Fontela e Salmanha — em consequência da construção da linha de Caminho de Ferro — e ainda dos de Lamas e da Praça Nova, inutilizados pelo novo cais.

Depois de um período de fraco desenvolvimento, o movimento de construção voltou a incentivar-se após a primeira Grande Guerra, tendo-se construído 24 navios entre 1910 e 1925, com uma média de 320 toneladas de carga (35).

(33) Livro da Confraria do SS. Corpo Santo da Villa de Buarcos — 1 Livro 6; Fls. 153 e 154 v..

(34) OLIVEIRA; ob. cit.; p. 7.

(35) PINTO E ESTEVES; ob. cit.; p. 48.

A partir de 1940 com a fundação de um novo estaleiro — iniciativa do figueirense Santos Pinguel em colaboração com o mestre Benjamim Mónica, que mais tarde se veio a transformar nos Estaleiros Navais do Mondego — esta indústria ganha nova dimensão. Estando hoje representada não só por aquela empresa mas ainda, desde 1956, pela Carreira Naval Figueirense (antiga Cooperativa de Armadores da Pesca da Sardinha e do Arrasto da Figueira da Foz (fundada em 1947) e pela Foznave, criada mais recentemente, em 1969.

Ainda dentro deste tipo de indústrias directamente ligadas à vida portuária, destacamos a indústria de pescas, do sal e do bacalhau, hoje representada pela «Sociedade de Pesca Oceano» e pela «Lusitânia Companhia Portuguesa de Pesca» cuja fundação, a primeira data de 1912, e a segunda de 1906.

A evolução da pesca local, já anteriormente referida, mostra nos últimos anos uma alteração significativa não só nas artes da pesca, mas ainda a substituição da pesca tradicional à linha pelo «emalhar» e a alteração dos processos de seca (V. Est. IV), deixando de se fazer ao ar livre (para a qual a Figueira apresentava as melhores condições climáticas), mas em estufas, acarretando, por conseguinte, uma substancial redução da mão de obra.



IV - Seca do bacalhau - uma imagem que se perdeu.

Convirá ainda notar que este tipo de actividade tem reflectido as muitas fases de assoreamento por que tem passado a barra, não sendo distante os anos em que a frota local se viu obrigada a descarregar em Leixões e em Viana o bacalhau em verde, o qual era posteriormente transportado para a Figueira da Foz.

Ainda relacionada com a actividade piscatória referimos as conservas de peixe, que por volta dos anos cinquenta conheceram um grande desenvolvimento e as indústrias de frio, de implantação recente das quais para além da congelação de peixe, procuram diversificar as suas actividades, através do tratamento de produtos agrícolas.

Por serem bastante numerosas, recordamos apenas outros dois exemplos das indústrias locais que nos parecem dos mais sugestivos, quer pela sua antiguidade e natureza, quer ainda pela sua importância local e nacional.

A primeira geração dessas indústrias, independentes do complexo portuário, está representada pela «Companhia de Carvões e Cimentos do Cabo Mondego» que hoje em dia se dedica quase exclusivamente ao fabrico de cal hidráulica e de cimento, já que a extracção do carvão foi totalmente abandonada.

O início dessa actividade remonta ao ano de 1773, quando por iniciativa do Marquês de Pombal foi criada a «Junta do Comércio e das Fábricas», com o objectivo de intensificar a exploração das riquezas minerais do reino.

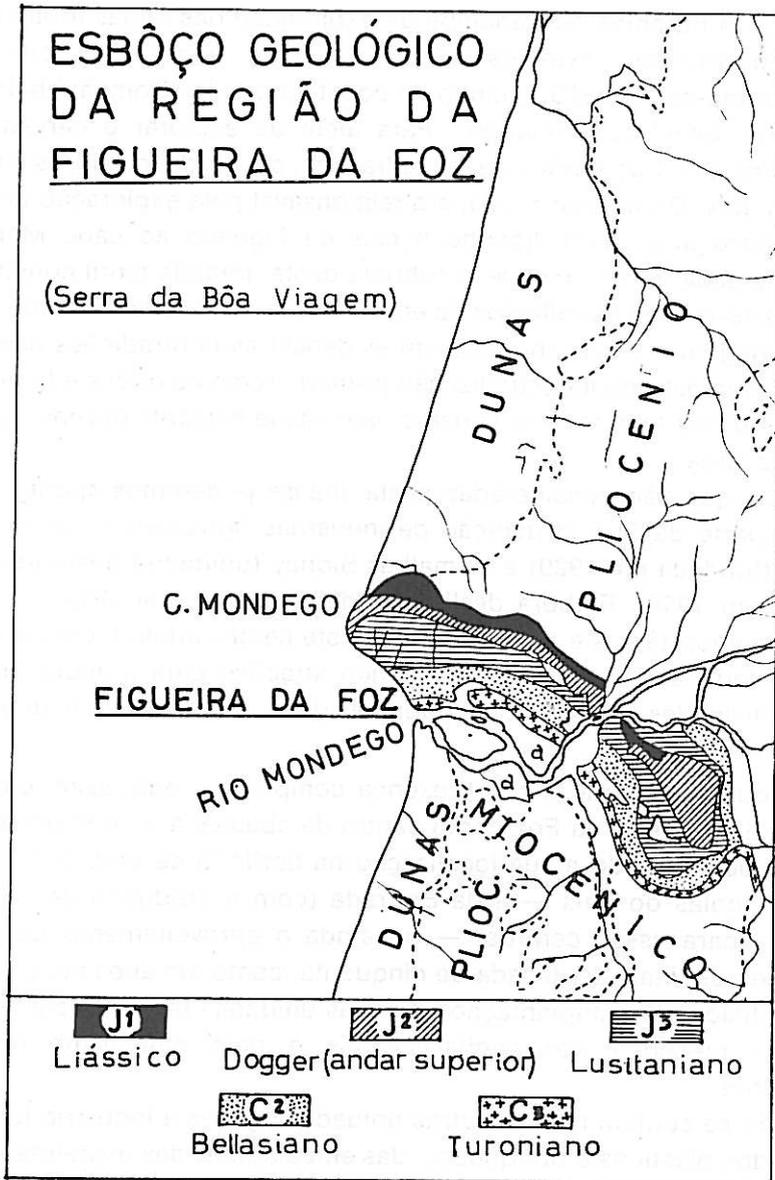
A exploração local incidia sobre os leitos de «carvão lignitoso» (36) do Jurássico Superior, intercaladas de outros depósitos da série sedimentar que constituem, no conjunto, o vasto anticlinal da Serra da Boa Viagem, disposto perpendicularmente à costa.

Entre esses depósitos destacam-se no topo da série e constituindo o miolo do anticlinal, as formações margo-calcáreas do Liássico, às quais se sucedem para sul, as formações margosas e calcáreas escuras do Jurássico médio-Dogger — dispostas em séries alternantes (Fig. 13).

Surgem depois os «depósitos de fácies salobra» e por fim as formações mesocretácicas do Belasiano-Turoniano (37) ainda visíveis em algumas partes da cidade, nomeadamente junto ao Forte Santa Catarina, onde estão totalmente cobertas pelas areias da praia.

(36) TEIXEIRA; 1966; p. 144.

(37) Belasiano — andar equivalente ao Cenomaniano (Cretácico médio).



CHOFFAT, Paul - As Serras de Buarcos e Verride

Escala aproximada: 1/400.000

Fig. 13 - Esboço geológico da região da Figueira da Foz.

Como já notamos os trabalhos de exploração das minas foram paralisados durante as invasões francesas e as lutas civis até 1833, intensificando-se em 1873, quando da constituição da «Companhia Mineira e Industrial do Cabo Mondego». Para além de explorar o carvão local, dedicava-se ainda ao fabrico de cal hidráulica, cal gorda, de vidros e produtos cerâmicos. Do mesmo modo, era responsável pela exploração do caminho de ferro americano, ligando o cais da Figueira ao cabo Mondego.

Implantada fora da cidade, a silhueta desta unidade fabril constitui um dos cartazes menos trabalhados da enseada que, tendo por moldura a Serra da Boa Viagem e o Oceano, põe em evidência as contradições existentes entre um processo de industrialização primário (com os ruídos e fumos provenientes dessa fábrica) e o Turismo, actividade bastante desenvolvida em toda esta área.

Ainda que não consideradas nesta análise poderemos apontar, como fazendo parte da 2ª e 3ª geração de indústrias figueirenses, os vidros da Fontela (fundada em 1920) e as malhas Sidney (unidade transferida para a Figueira em 1959). Embora desligadas da vida portuária, estas indústrias atestam a importância e o crescimento deste centro urbano, em épocas em que o estado da barra se tornava pouco atractivo para a implantação de novas actividades. Muito embora, algumas delas, tenham terminado já a sua laboração.

De qualquer modo a sua presença comprovou, outrossim, uma certa vocação da Figueira da Foz como centro de abastecimento regional, aproveitando por um lado a sua localização na periferia de uma das melhores zonas vinícolas do país — a da Bairrada (com a produção de garrafas e garrafões para esses centros) — ou ainda o aproveitamento da mão de obra, que nos finais da década de cinquenta, como em anos mais recentes, tem condicionado a implantação de novas unidades fabris. Desta vez atraídas pela presença dos capitais locais e pelo dinamismo dos seus empresários.

Onde se contam não só outras unidades ligadas à indústria têxtil, mas ainda à dos plásticos e brinquedos, das embalagens, das madeiras e produtos resinosos e as mais importantes das todas, as indústrias de celulose.

Só que, neste último caso, para além dos interesses locais: abundância e facilidades de matérias primas, em particular do Eucalipto; do abastecimento de água e evacuação dos esgotos ou do fornecimento de energia, foi sobretudo a existência das infraestruturas portuárias, que condicionou a localização deste tipo de indústria.

Para não contar com os interesses manifestados a nível nacional pelos investimentos suecos canalizados para uma unidade deste género, onde aqueles detêm os melhores conhecimentos e tecnologia.

Assim nasceu a CELBI, cuja construção teve início em 1965, tendo em Junho de 1967 entrado na sua fase experimental, com produção de pasta de papel.

Trata-se portanto de um dos exemplos mais sugestivos das indústrias modernas, onde as facilidades portuárias condicionaram fortemente a sua localização, contribuindo decisivamente para o incremento do movimento comercial, que hoje anima o porto da Figueira da Foz. Com efeito só em 1980 a pasta de papel representou mais de 40% das exportações, onde se incluíam ainda a madeira (102 toneladas), o plátex (7 toneladas), a aguarrás (1,9 toneladas) e o carboneto (1,3 toneladas), provenientes de outras indústrias, localizadas no termo desta cidade. Entre as quais se destacam as indústrias da madeira e seus derivados, concentradas em particular na zona industrial da Gala, a do Carboneto (Emp. Industrial do Freixo) localizada em Lares e a nova fábrica de pasta de papel — SOPORCEL — construída na Leirosa.

Ainda que dispondo dos dados mais recentes de 1981 (obtidos no XII Recenseamento da População), os elementos que referimos noutra localidade sobre a estrutura da população activa neste concelho em 1970, apontam para uma diversificação das suas actividades e a maior importância da função industrial.

Com maior destaque para o conjunto das indústrias transformadoras, cujo valor bruto de produção ascendeu, na mesma data, a mais de 1 306 321 milhares de escudos, num total de 242 estabelecimentos fabris (Quadro X).

3. O Veraneio

Tão decisiva para o crescimento da cidade da Figueira da Foz, como as restantes actividades já consideradas, foi o desenvolvimento do Veraneio, que hoje constitui uma importante fonte de receita para a economia local, pelo dinamismo que confere a outros sectores como ao comércio, à hotelaria, aos transportes e à construção civil.

Embora a importância crescente da cidade da Figueira da Foz se tenha acentuado desde os meados do século XIX, quando passou a ser considerada entre as melhores praias de Portugal, a amenidade do seu clima seria

QUADRO X

A INDÚSTRIA NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ
(1970)

TIPO DE INDÚSTRIAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (1000 ESC.)
	FIGUEIRA DA FOZ	FIGUEIRA DA FOZ
2. Indústria Extractiva	209	7.901
3. Ind. Transformadora (total)	242	1.306.321
3.1 Alimentação, bebidas e tabaco	71	88.596
3.2 Têxteis, vestuário e do couro	57	65.253
3.3 Madeira e cortiça	41	34.442
3.4 Papel, artes gráficas e ed. de publicações	10	602.612
3.5 Química	11	146.759
3.6 Produtos não metálicos	16	192.837
3.7 Metalurgia de base	—	—
3.8 Fabrico de prod. metálicos e de máquinas, equipa e mat. transporte	36	175.882

in: C.C.R.C. «O Agrupamento de concelhos de Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho e Soure».

conhecida já desde longa data. É o que poderemos constatar através dos relatos da crónica de Cister, onde BRITO (38) faz referência que «estando el Rey D. Afonso Henriques, na cidade de Coimbra tão carregado de triunfos como de más disposições se foy a conselho dos médicos ao longo do rio Mondego» e que «chegou ao mar quasi são».

Temos assim que o desenvolvimento desta actividade se ficou a dever, desde o princípio, a dois factores principais: às particularidades do clima

(38) BRITO: Crónica de Cister; in : TOMÁS; ob. cit.; p. 145.

local e ao papel crescente da povoação como vila, cidade e sobretudo como centro comercial de serviços e diversões.

3.1. As condições naturais

Abrigada dos ventos dominantes de Norte pela Serra da Boa Viagem, cuja arborização, iniciada em 1912, cobre uma área de 300 hectares e constitui desde logo motivo de atracção, pelos miradouros e pela densa vegetação de cedros, acácias, pinheiros e eucaliptos que a cobrem, a praia da Figueira da Foz alonga-se numa extensão de alguns quilómetros, do Forte de Santa Catarina pela enseada de Buarcos, até ao Cabo Mondego. Aí se podem individualizar dois sectores dos quais o primeiro, situado em frente ao Bairro Novo até à Praia de Buarcos, era o centro de banhos por excelência já por ser o mais antigo, já porque aí se concentram os principais equipamentos indispensáveis ao veraneio - hotéis, pensões, restaurantes, cafés, cervejarias, gelatarias e diversões.

Há pouco mais de duas décadas o mar estava ainda a dois passos da avenida marginal, mas desde o início da construção dos molhes portuários, tem vindo a aumentar a extensão do areal, devido ao assoreamento progressivo que se tem verificado. Daí que parte dos antigos banhistas frequentadores desta área, se tenham deslocado para outros locais de mais fácil acesso. Facto que o arranjo urbanístico actual tende a atenuar, com a construção de uma nova avenida marginal, solução que há longo tempo tem vindo a ser proposta.

O segundo sector estende-se desde a praia de Buarcos até ao Cabo Mondego, sendo formado por uma menor extensão de areias, com algumas reentrâncias e abrigos apazíveis, embora entrecortado, de quando em vez, pelas assentadas rochosas do Cabo Mondego.

Aparentemente sem ter sofrido com as obras do porto, a extracção desenfreada de areias verificada nos últimos anos, levou à redução da área balnear, facilitando a acção do mar, que em alguns locais tende a aproximar-se da estrada marginal.

Trata-se portanto de um largo sector de intervenção, onde tardam as infraestruturas legais para o Veraneio (restaurantes e cafés de carácter permanente, lavabos, etc.) disponíveis apenas no sector de Buarcos, e sobretudo o seu arranjo urbanístico, através de uma esplanada prolongando para norte a marginal atlântica, o que tornaria ainda mais concorrida e apreciada esta área.

A estas condições favoráveis, temos ainda de acrescentar as particularidades do clima: uma fraca pluviosidade durante os meses de Verão, principalmente em Julho, cujas médias anuais, foram no período compreendido entre 1940 e 1964 de apenas 4,25 mm (contando-se sete anos com R = 0 mm) e mesmo em Agosto, com precipitações médias de 9,27 mm (e três anos com R = 0 mm). Quanto às temperaturas, durante o mesmo período, as amplitudes térmicas não ultrapassaram os 9,1° (Fig. 14).

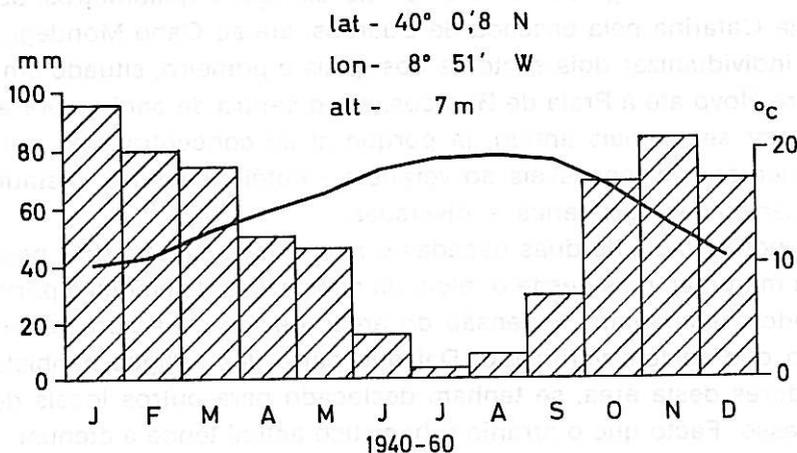


Fig. 14 - Diagrama termo-pluviométrico - Barra do Mondego.

Ainda que as precipitações aumentem no Inverno — em particular em Janeiro com uma média de 95 mm — é evidente a existência de um trimestre seco — Junho, Julho e Agosto — em que a soma das pluviosidades médias foi inferior a 1/3 da pluviosidade média do mês mais chuvoso de Janeiro.

Do mesmo modo os meses mais quentes foram, durante o período considerado, os de Julho, Agosto e Setembro, períodos em que as médias registadas orçaram os 19,2°, contando-se como meses mais frios os de Dezembro a Fevereiro, com temperaturas médias da ordem dos 10°. Repare-se ainda que o número médio de dias do ano com temperaturas

inferiores aos 0° foi nulo na Figueira da Foz, e reduzido o número de dias com temperaturas máximas superiores aos 25°.

Quanto aos ventos, foram dominantes os de Norte e Noroeste (3990 rumos e 3541 rumos respectivamente) os quais atingiram igualmente as maiores velocidades. Por ordem decrescente, indica-se a predominância dos ventos de leste (2885 rumos) e os de oeste (2004 rumos) sendo os menos frequentes, de Sul, com 911 rumos (Fig. 15).

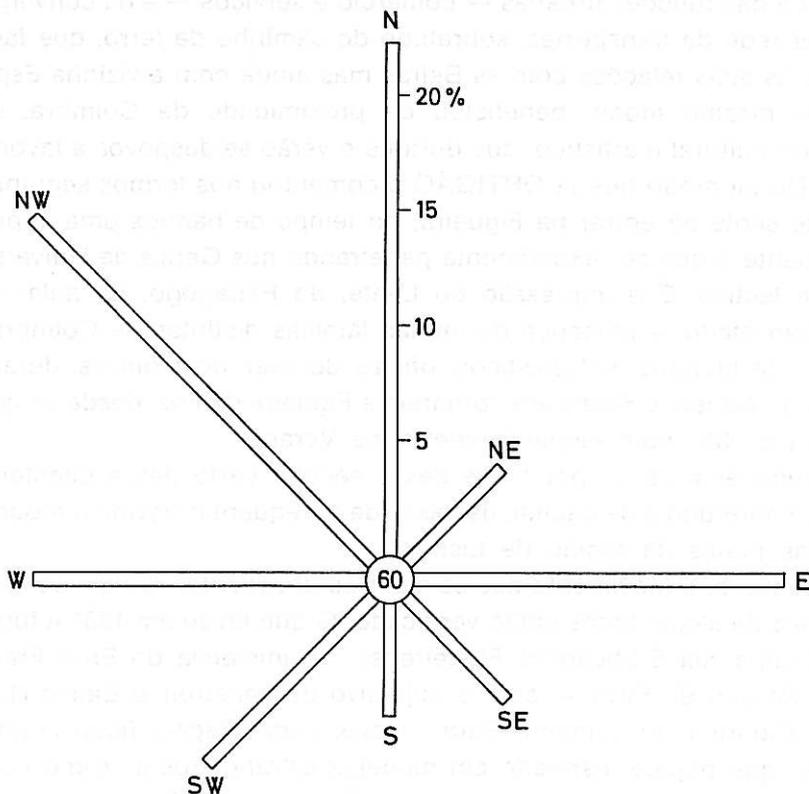


Fig. 15 - Ventos dominantes - Barra do Mondego

Só que para além das nortadas muito frequentes a partir de Agosto, temos que atender às características do Oceano, bem mais agitado e com temperaturas inferiores às do Sul do continente.

O que sugere, para um melhor aproveitamento das infraestruturas turísticas, o incentivo à construção de novas piscinas, onde se possam

compensar aqueles aspectos climáticos, porventura menos agradáveis.

3.2. Outros factores de desenvolvimento

Além de condições naturais favoráveis — intenso areal, clima ameno, enquadramento paisagístico formado pela Serra, Rio e pelos campos do Mondego — o centro de veraneio da Figueira da Foz beneficiou da própria evolução das funções urbanas — comércio e serviços — e da convergência de uma rede de transportes, sobretudo do caminho de ferro, que facilitou não só as suas relações com as Beiras mas ainda com a vizinha Espanha.

Do mesmo modo, beneficiou de proximidade de Coimbra, centro histórico-cultural e artístico, que durante o verão se despoeva a favor desta praia. De tal modo que já ORTIGÃO o comentou nos termos seguintes: «o viajante sente ao entrar na Figueira, no tempo de banhos uma impressão semelhante à que se experimenta penetrando nos Gerais da Universidade em dia lectivo. É a impressão do Lente, do Pedagogo, da aula» (39).

Com efeito, a presença de muitas famílias distintas de Coimbra e de Lisboa, de literatos, eclesiásticos, officias do exército e outros, durante os meses de Agosto e Setembro, tornaram a Figueira da Foz, desde os meados do século XIX, num elegante centro de Veraneio.

Muito embora, já por finais desse século, parte dessa clientela burguesa, sobretudo a da capital, deixasse de a frequentar devido à modernização das praias da região de Lisboa.

Contudo, o movimento não se mostrou decadente, como o comprova a escassez de alojamentos então verificado. O que levou em 1961 à fundação da «Companhia Edificadora Figueirense» — iniciativa do Eng.º Francisco Maria Pereira da Silva — com o objectivo de construir o Bairro Novo de Santa Catarina ou sómente Bairro Novo, como depois ficou conhecido.

Ao que parece inspirado em modelos estrangeiros e visando proporcionar aos banhistas e moradores as melhores condições de alojamento e de distracção, cedo se tornou no principal centro de diversão da Figueira da Foz.

Na verdade, com a sua construção alteraram-se os costumes locais: «a praça Nova deixou de ser o ponto principal de interesse e de reunião». Assim alguns dos cafés e estabelecimentos da baixa transferiram-se para a parte alta. A colina que dominava o mar e a praia deixou de ser deserta (40).

(39) ORTIGÃO; 1943; p. 233.

(40) FERNANDES; ob. cit..

Frequentada não só por banhistas nacionais mas sobretudo por espanhóis, que após a construção do ramal da Pampilhosa passaram a visitá-la assiduamente (e a quem foram concedidos descontos especiais na viagem pelo Caminho de Ferro), a Época continuava ainda pelo Outono dentro. Já que nesta altura do ano, eram os lavradores da região da Beira e os trabalhadores rurais, após a conclusão das colheitas, que para aqui se dirigiam.

Alguns aspectos desta afluência podem ser procurados não apenas no número de hotéis estão existentes — em 1886 a Figueira da Foz dispunha de 6 bons hotéis — mas ainda pelos serviços postos à disposição dessa clientela. Segundo um anúncio da época, quaisquer dessas unidades hoteleiras — o «Real», o «Universal», o «Castelo», o «Figueirense», o «Reis» e o «Central», dispunha de cozinha espanhola e francesa, sendo o custo máximo de diária de 1\$000 réis.

Do mesmo modo, começam a ser distribuídas aos banhistas certas publicações, de que se destaca o aparecimento, em 1891, da «Gazeta de Anúncios» e posteriormente: o «Anunciador» (1905-1906), a «Praia da Figueira» (1908-1911), o «A B C do Banhista» (1921), incluindo anúncios de casas comerciais da cidade ou mesmo de Lisboa e do Porto (41).

3.3. O Turismo actual

A presença de uma numerosa população flutuante, que durante os meses de Verão aflui à Figueira da Foz, desde cedo provocou o desenvolvimento da indústria hoteleira, sufocada pela grande afluência durante a época balnear. Daí que se tenha verificado o aumento da capacidade de alojamento em hotéis e pensões, embora insuficientes durante o Verão, levando a que muitos forasteiros tenham de recorrer a casas particulares. Para além da utilização dos Parques de Campismo (Municipal e da Orbitur) capazes de servirem uma vasta população amante deste tipo de acomodação. Em regra menos dispendioso mas reputado pelos frequentadores, de boa qualidade em equipamentos e condições naturais. Com efeito, os dados recentes sobre a evolução de campistas no Parque Municipal indicam um aumento significativo, tendo passado de cerca de 5 200 ocupantes em 1965, para 8 000 em 1970, valor que no ano de 1980 foi de 16 831, depois de um máximo dois anos antes, em 1978, com 22 487 campistas.

(41) MARTHA; 1926.

Estes valores são bastante esclarecedores da afluência desta clientela às instalações do Parque Municipal, que pode ser ainda avaliada em função do número global de dormidas — 109056 em 1980 — e pela proveniência dos seus ocupantes. Se atendermos aos dados de 1980, verifica-se que quase metade dos seus ocupantes eram de nacionalidade portuguesa, 14,3% de nacionalidade espanhola, cabendo aos franceses, aos alemães e aos holandeses respectivamente, 12,3%, 11,7% e 6,5% desse total.

Em relação aos valores disponíveis quanto aos hotéis, pensões e similares, verifica-se ainda um maior predomínio de clientela nacional. Assim, dos 20 107 indivíduos alojados em 1976 na Figueira da Foz, cerca de três quartos eram de nacionalidade portuguesa, cabendo aos franceses e espanhóis percentagens mais diminutas de 10% e 7% respectivamente.

Apesar de sugestivos, estes valores mostram o interesse crescente pela Figueira da Foz e pela sua praia, além da sua projecção internacional, como centro de veraneio e de diversão. O que acontece aliás desde o início do nosso século, como se pode ler num testemunho dessa época — «De las playas portuguesas, Figueira da Foz es la Reina» (42).

É o que se pode aliás comprovar através da evolução da capacidade hoteleira disponível em hotéis e pensões, expressa na oferta de quartos. Assim, se há quase um século, em 1886, a Figueira dispunha já de seis bons hotéis, e se por volta de 1937 a capacidade hoteleira era de 587 quartos, divididos por sete hotéis e catorze pensões, os valores actuais apontam para mais de 800 quartos, dos quais mais de quinhentos em hotéis, num total de cerca de 1,2 milhares de camas.

Estes alguns dos elementos que isoladamente, mas sobretudo comparados com outras iniciativas tomadas localmente (e outras que estão em marcha), acentuam a expansão recente desta actividade e a necessidade crescente de articular as acções locais, com os interesses da região onde se insere. De modo a beneficiar de outras infra estruturas — aeroportos e parques naturais por exemplo — e a valorizar ainda mais os recursos naturais e humanos desta vasta região, que tem como centro a «Praia da Claridade».

(42) Recuerdo da Figueira da Foz (Edição Figueirense); 12.2.1906.

III - NOTA SOBRE A EVOLUÇÃO URBANA

1. *O crescimento da população*

A apreciação que fizemos anteriormente sobre o génese e avolução do povoado e sobre os factores de crescimento urbano, ajudaram-nos a compreender como a povoação primitiva, inicialmente concentrada na encosta dominada pela Igreja de S. Julião, foi alargando os seus limites. Primeiro na direcção do rio e alastrando progressivamente ao longo das vias de comunicação com Buarcos e Tavarede, até ser atraída decisivamente para os lados do Mar e do Forte de Santa Catarina. Daí que se justifiquem nesta parte, algumas referências sobre os aspectos da morfologia urbana em várias épocas, relacionando por último a expansão recente com as funções urbanas, que hoje em dia servem não só a cidade da Figueira da Foz, mas ainda a população de uma área circundante, cujos limites e extensão, interessará em estudos subsequentes determinar.

Quedemo-nos por agora na análise dos limites prováveis desta povoação, conseguida através da comparação de algumas plantas e que nos revelam alguns dos aspectos do crescimento e da evolução recente da Figueira da Foz.

Um dos esboços que nos pareceu bastante sugestivo, dá-nos conta da sua extensão nos finais do século XVII (Fig. 16).

Nessa data a povoação estava praticamente circunscrita aos limites compreendidos entre o actual Jardim Municipal (Praia do Fonte) e Praça Oito de Maio (Praia da Reboleira), ocupando a encosta meridional da colina dominada pela Igreja de S. Julião, até ao Mondego. Separando aquelas duas praia, uma terceira — a da Ribeira (actual Praça Velha ou Largos General Freire de Andrade e Luís de Camões) — era, como as restantes, inundada pelas marés, incluindo ainda a povoação o Paço, já que fora dela, se situavam o convento de Santo António e o Forte de Santa Catarina.

As principais vias de comunicação partiam de S. Julião para Sul, na direcção do Rio e das suas praias, para Poente, na direcção de Buarcos e para Norte e Nascente, para a Misericórdia e Tavarede.

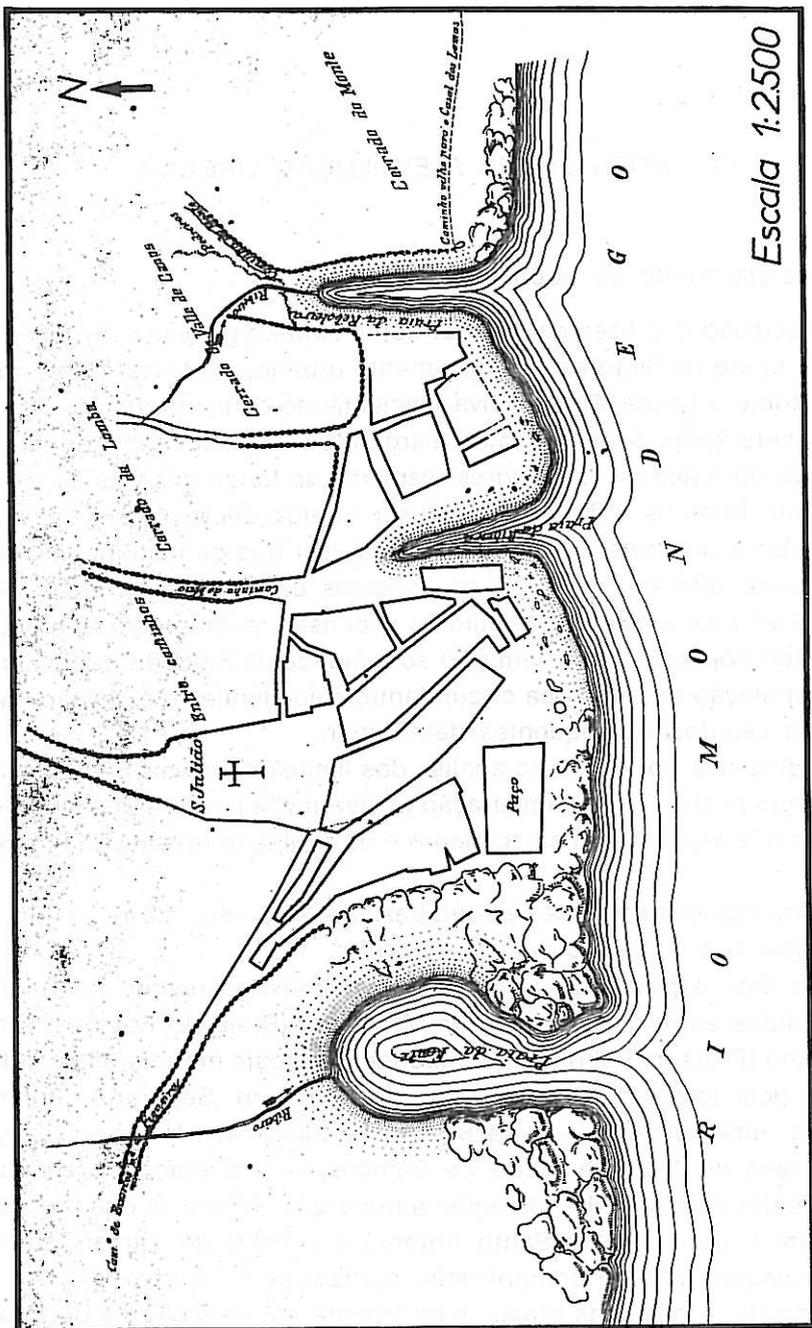


Fig. 16 - A Figueira da Foz nos finais do séc. XVI princípios do séc. XVIII.

Algumas das ruas actuais parecem ainda conservar os traçados primitivos, tal é o caso das ruas do Paço, dos Ciprestes e das Parreiras, que ligam a Igreja de S. Julião ao Largo do Paço, ao Largo do Carvão e à Praça Velha, respectivamente; das ruas Fresca e da Fonte, que se dirigem para o Bairro Novo e ainda da R. Fernandes Coelho que parte para Norte, na direcção da estrada de Tavarede.

Na parte oriental da povoação (entre as Praias da Ribeira e da Reboleira), estavam igualmente delineadas outras artérias: é o caso das Ruas do Dr. Joaquim Jardim e do Dr. José Jardim, unindo as duas praias e paralela a estas a Rua da Alfândega, que antes de atingir esta última flectia para Sul, pela actual Rua do Cotovelo.

Ligando esta povoação aos casais vizinhos destacamos, além dos já citados caminhos de Buarcos e de Tavarede, o caminho do Meio, que da Praia da Ribeira se dirigia para Norte em direcção à Misericórdia e a Tavarede; o caminho do Monte e o caminho Velho para o casal das Lamas, paralelo ao Mondego.

A partir desta descrição, é possível distinguir os principais eixos que orientaram a expansão do povoado. Organizando-se primeiro em torno da Igreja, o casario alastra para Sul, na direcção do rio e das suas praias, devido ao desenvolvimento das actividades marítimas e comerciais. Posteriormente e apoiada já pela expansão demográfica ocupa novos terrenos, sobretudo os baldios das encostas, começando pelo Cerrado do Monte e depois pelo de Vale de Canas e da Lomba, pertencentes à casa de Tavarede.

Esta ocupação já cartografada numa planta do início do século XIX, atesta não só a construção na área dos Cerrados, como no espaço de «Entre-Caminhos» e ainda a Oriente da estrada de Tavarede.

Já nos finais do terceiro quartel do século passado, ainda antes de ser elevada à categoria de cidade, a povoação apresenta um aspecto mais compacto (Fig. 17), estendendo-se não só na direcção de Buarcos e de Tavarede, mas cobrindo já grande parte da área actualmente urbanizada, praticamente desde a Rua do Mato até ao Jardim Municipal.

Para Norte os seus limites vão até à área da Misericórdia, notando-se uma maior concentração das habitações ao longo de estradas de Tavarede.

O mesmo sucede na direcção de Buarcos a partir de um núcleo que do largo da Praia da Fonte alcançava o cruzamento das actuais ruas do Viso e Joaquim Sotto Mayor.

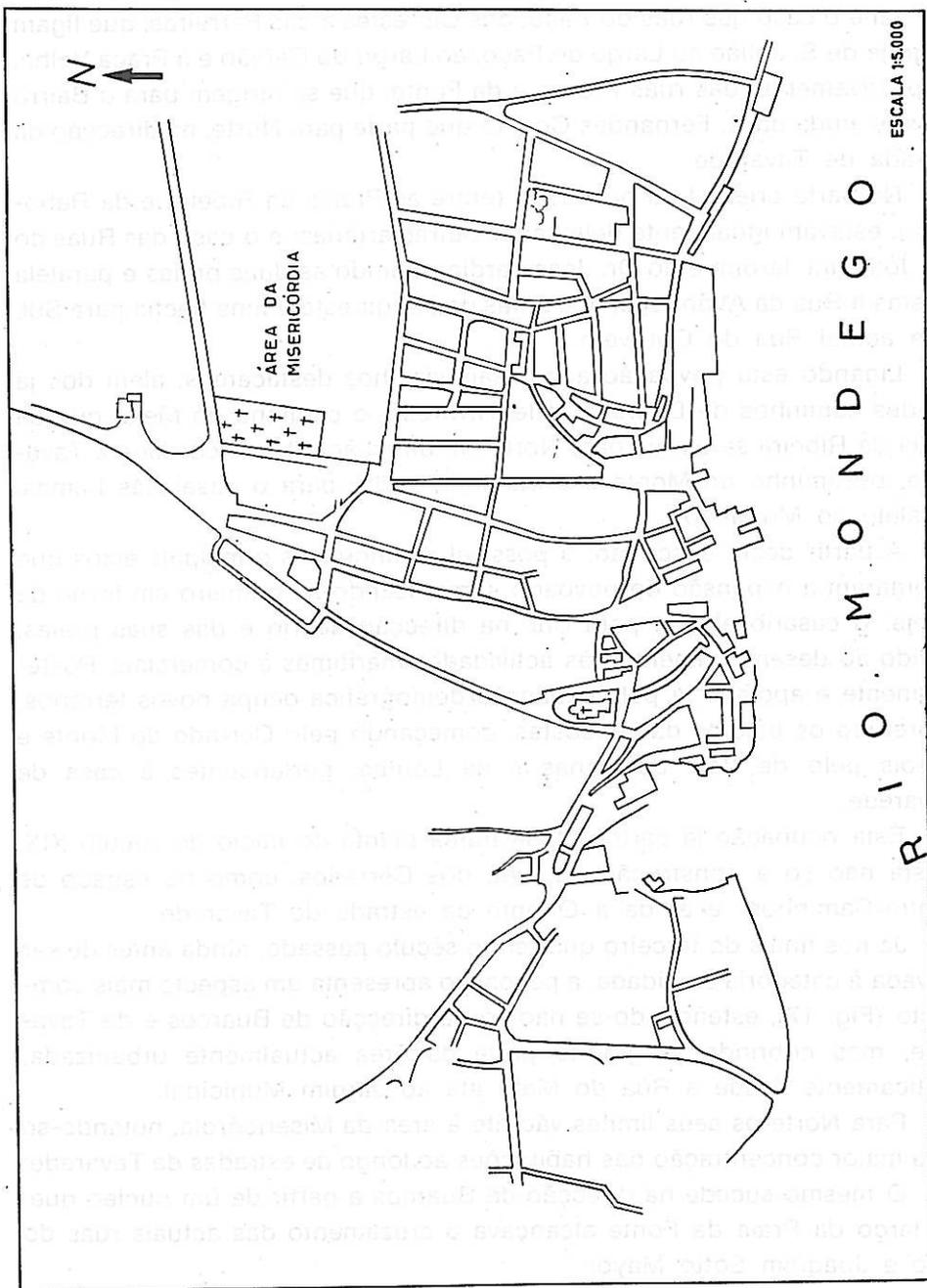
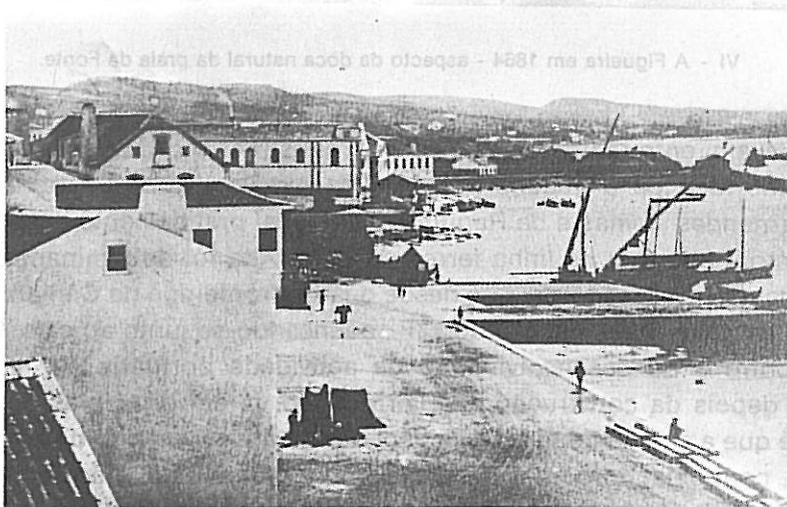


Fig. 17 - Planta da Figueira da Foz - 1875.

Se bem que existente, a ocupação do Bairro Novo mostrava-se ainda no seu início, estando provavelmente delineadas as Ruas da Liberdade e a Cândido dos Reis.

Entretanto na zona ribeirinha haviam já desaparecido as praias da Ribeira e a da Reboleira. A primeira mandada aterrar pela Câmara em 1777 (43) e concluída em 1784, foi a primeira praça desta localidade «onde se fez durante mais de um século o mercado de abastecimento» (44). Daí a sua designação, a partir de 1791, por Praça do Comércio.

Igual sorte teve a Praia da Reboleira, «que sucessivamente se chamou Praça Nova, Praça Nova da Reboleira, Praça Nova da Alegria e desde 1880 Praça 8 de Maio, em comemoração da entrada do exército libertador na Figueira (1834)» (45) (Est's V e VI).



V - A Figueira em 1860 - aspecto da margem direita do Mondego a nascente do largo do carvão.

(43) MAURÍCIO E ESTEVES; ob. cit.; p. 43.

(44) Idem; ibidem.

(45) Idem; ibidem; p. 45



VI - A Figueira em 1864 - aspecto da doca natural da praia da Fonte.

Faltavam entretanto os aterros e a construção do cais da Avenida (1872), que facilitou o traçado posterior da Av.ª Saraiva de Carvalho e das Ruas Fernandes Tomás e da República, em local praticamente descoberto. Para tanto a abertura da linha férrea da Beira Alta foi determinante, originando ocupação desta área, que desde o largo fronteiro da Câmara Municipal se estende até à estação do C.F., adensando-se junto ao cais. Centro de encontro e de desenvolvimento da actividade portuária.

Só depois da construção do Bairro Novo, já em princípios do nosso século é que a cidade toma nova feição, devido ao incremento da actividade balnear, contrastando com a parte mais antiga da cidade, não só pelo seu equipamento e diversões, mas ainda pelo seu traçado rectilíneo. O que é ainda extensivo às áreas de construção mais recente (Est.ªs VII e VIII).

Ultrapassando largamente os limites desse tempo, a cidade actual ocupou novos terrenos a Norte e a Nascente dos limites anteriores, estendendo-se pelos terrenos da Quinta do Cruzeiro, das Abadias, do Alto do Viso e do Vale do Galante (Fig. 18). Para em data mais recente prolongar-se pelos terrenos entre a Rua do Pinhal e a estrada de Buarcos e mais além, desde Tavadede à praia de Buarcos (Est.ªs IX e X).



VII - Aspecto da doca interior e do assoreamento do rio Mondego, antes das obras portuárias.



VIII - Figueira da Foz: aspecto da praia antes da construção dos molhes.



IX - Aspecto da doca interior e da expansão urbana na margem direita do rio Mondego.



X - Pormenor do Bairro Novo (notar o traçado geométrico das suas ruas — foto antiga).

2. Morfologia e funções

Definindo épocas distintas da evolução do aglomerado e como tal identificando-se com uma série de funções igualmente diversificadas, o centro urbano da Figueira da Foz pode, «grosso modo», separar-se em dois grandes conjuntos:

— *O Bairro Novo*, anteriormente limitado pela Rua Alexandre de Herculano e pelo Vale das Abadias, tem vindo a alargar os seus limites para norte desta artéria, após a construção do Liceu, da Escola do Ciclo Preparatório, do Campo de Jogos e do Pavilhão Gimnodesportivo.

A parte mais antiga está orientada sobretudo para o veraneio e como tal dispõe de uma série de serviços de apoio à população ambulante, que todo o ano, mas em especial na época balnear, a frequenta. Nos últimos anos estendeu-se para Norte, dando origem a uma outra unidade residencial, ditada pelas necessidades crescentes da expansão citadina, ao longo da Rua Joaquim Sotto Mayor.

Assim, a par do vetusto Palácio Sotto Mayor, esta área compreende núcleos de moradias, cujo arranjo e disposição contrastam com o tipo de construção «em combóio» que identificam um novo estilo do urbanismo recente. Ditado não apenas pelas carências que se fazem sentir no domínio da habitação, mas ainda por uma certa especulação, que neste, como noutros sectores, espreita as áreas de maior crescimento urbano.

— o segundo conjunto, a *Figueira antiga*, situa-se a oriente do Vale das Abadias, compreendendo, a par do núcleo de S. Julião, da área de «Entre Caminhos e da Misericórdia» a parte baixa da cidade, de vocação comercial junto do cais. Distinta das áreas residenciais construídas a norte da antiga «estrada da Várzea», encontra-se, após a urbanização da Quinta do Paço, praticamente ligada ao antigo núcleo de Tavadede.

Daí que, para além de uma sub-unidade comercial (parte oriental da cidade até às Ruas de Coimbra e Dr. Duarte Silva), seja possível acentuar o seu carácter residencial, apresentando por isso, outro tipo de equipamento e funções.

A separação entre dois conjuntos, organizados em função de actividades diversas — o *veraneio* por um lado e o *porto* por outro — corresponde não apenas a uma diferenciação morfológica, mas ainda funcional. Eles

opõem-se pelo traçado das ruas, caótico e irregular na parte velha e geométrico no Bairro Novo, na parte leste junto do cais e nas áreas residenciais; pelo aspecto das construções e pelo seu arranjo: adensado no primeiro e com maiores facilidades de circulação no segundo; pela altura das construções, que não ultrapassam em regra os dois a três andares no primeiro caso (no segundo, triplicando-o em alguns exemplos ...) e por fim, pela natureza dos equipamentos, que servindo funções distintas: comércio e serviços, ligados à vida portuária e à administração, na parte mais antiga ou ao turismo, no chamado Bairro Novo.

Do mesmo modo, estes contrastes realçam algumas diferenças sociais e económicas da população que as habita. O que necessitaria para o comprovar, de uma análise mais detalhada, mas sem dúvida bastante sugestiva, sobre a idade e as ocupações desta população, difícil de empreender e incluir, num trabalho desta natureza.

Quedemo-nos por agora, numa análise global dos equipamentos existentes na cidade da Figueira da Foz. Ou seja, no número de unidades funcionais (46) dos sectores público e privado, que permitem avaliar a função regional deste lugar central (47). O que no caso presente se deve não só à sua importância como sede de concelho, e como tal dispor de um conjunto de funções intimamente relacionados com a vida administrativa — Câmara, Finanças, Tribunal, Notário, Conservatórias, etc. — mas ainda às que se ligam à função portuária e piscatória — Capitania, Alfândega, Junta Autónoma do Porto, Hidráulica do Mondego, etc..

Embora referindo parte das funções centrais (48) do sector público

(46) *Unidade Funcional* (U.F.) — cada unidade de uma função central in: GASPAR, Jorge — «A área de influência de Évora (sistema de funções e lugares centrais)»; Lisboa; C.E.G.; 1972.

(47) *Lugar Central* (L.C.) — ponto do espaço geográfico onde se exercem funções centrais, isto é, um ponto central relativamente à população que recebe bens centrais.

in: GASPAR; ob. cit..

(48) *Função Central* (F.C.) — Actividade realizada pelo indivíduo ou pela unidade empresarial que fornece os *bens centrais*.

Bem Central — produto ou serviço obtido a partir de um ponto que ocupa uma posição central em relação ao mercado que serve.

in: GASPAR; ob. cit..

QUADRO XI
FUNÇÕES CENTRAIS DO SECTOR PÚBLICO
FIGUEIRA DA FOZ

FUNÇÕES CENTRAIS
Posto de Telefone Público
Escola Primária
Junta de Freguesia
Caixa de Previdência
Estação de Correios
Guarda Nacional Republicana
Escola Preparatória
Bombeiros Voluntários
Bombeiros Municipais
Conservatória Registo Civil
Repartição de Finanças
Subdelegação da J.N.P.P.
Câmara Municipal
Subdelegação de Saúde
Conservação de Estradas
Biblioteca Municipal
Comissão Municipal de Turismo
Museu Municipal
Matadouro Municipal
Escola Secundária
Banco
Serviços Municipalizados
Dispensário Ser. Luta Antitub.
Notário
Tribunal Judicial
Caixa Geral de Depósitos
Administração Florestal
Pólicia Segurança Pública
Liceu Nacional
Delegação Escolar
Serviço Nacional Emprego
Hospital
Fundo de Desemprego
Direcção Hidráulica Mondego
Junta Autónoma do Porto
Capitania do Porto
Alfândega
C. R. Comércio de Bacalhau
Guarda Fiscal
Comissão Socorros a Náufragos

in: C.C.R.C. «O Agrupamento de concelhos de Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho e Soure».

existentes no concelho, o Quadro XI permite individualizar um número bastante elevado, concentradas num único l.c. , coincidente, neste caso, com a cidade da Figueira da Foz.

O mesmo poderemos ainda notar quanto às funções centrais do sector privado, que pela sua natureza se radicaram neste centro urbano (Quadro XII).

QUADRO XII
HIERARQUIA DAS FUNÇÕES CENTRAIS DO SECTOR PRIVADO
CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

Nº	FUNÇÕES	Nº L.C.	Nº U.F.
1	Mercearia-taberna	90	305
2	Comércio misto	26	38
3	Café	23	67
4	Oficina rep. bicic. tric.	23	36
5	Taberna	20	60
6	Alfaiate	18	48
7	Táxi	18	30
8	Barbeiro	17	48
9	Materiais de construção	16	33
10	Talho	15	29
11	Sapateiro	13	24
12	Tecidos	11	53
13	Ofic. rep. aut. e motoriz.	11	28
14	Farmácia	10	18
15	Casa de pasto	10	44
16	Inst. rep. venda mat. eléct.	7	33
17	Médico clínica geral	6	14
18	Móveis	6	13
19	Padaria	6	8
20	Restaurante	5	20
21	Ourivesaria	5	17
22	Quinquilharias e brinq.	4	15
23	Louças, vidros e cristais	4	11
24	Fotógrafo	4	10
25	Bombas de gasolina	4	8

.../...

26	Electrodomésticos	4	8
27	Funileiro	4	6
28	Agência Funerária	4	4
29	Cabeleleiro	3	27
30	Sapataria	3	14
31	Livraria-Papelaria	3	13
32	Pensão	3	12
33	Drogaria	3	8
34	Ferragens	3	8
35	Médico especialista	3	7
36	Confecções	3	7
37	Sucata	3	5
38	Armazém de frescos	3	4
39	Ferrador	3	3
40	Retrosaria-Camisaria	2	23
41	Casa de hóspedes	2	11
42	Armazém de lãs e tecidos	2	9
43	Snack-bar	2	3
44	Garagem recolha automóveis	2	3
45	Advogado	1	11
46	Dentista	1	8
47	Hotel	1	8
48	Armazém de mercearias	1	7
49	Tipografia	1	
50	Lavandaria-Tinturaria	1	5
51	Analista	1	4
52	Oficina de vulcanização	1	4
53	Empresa jornalística	1	4
54	Rep. venda artigos óptica	1	4
55	Pediatra	1	2
56	Veterinário	1	2
57	Perfumaria	1	2
58	Cinema	1	1
59	Oftalmologista	1	1
60	Supermercado	1	1
61	Acessórios de automóveis	1	1
62	Venda de máq. costura	1	1
63	Escola de Condução	1	1
64	Agência publicitária	1	1
65	Litografia	1	1
66	Agência de jornais e rev.	1	1
67	Casa de Saúde	1	1
68	Casa de penhores	1	1
69	Casino	1	1

in: C.C.R.C. «O Agrupamento de Concelho da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Mira e Soure».

Embora carecendo de uma análise atenta, englobando outros indicadores, estes dados permitem-nos desde já avaliar a importância regional da Figueira da Foz, quando comparada à de outras cidades da Região Centro, como Aveiro, Leiria ou Viseu.

Servindo-nos dos elementos publicados pela C.C.R.C. em 1981 (49), verificamos que o número de funções centrais aí existentes era de 66 — num total de 576 unidades funcionais — valores que em Aveiro ascendiam a 89 fc. e a 728 u.f., respectivamente. Embora a nível do concelho, o número de unidades funcionais (cerca de 1244) fosse ligeiramente inferior ao da Figueira da Foz — em número de 1264 u.f. — para um total de 69 f.c., existentes, respectivamente, neste último concelho e no de Aveiro.

No seu conjunto, estes elementos atestam a importância regional de cada um destes centros, um dos quais capital de distrito e a Figueira, apenas sede de concelho. Com efeito, a par da sua clientela normal (população da cidade, do concelho e eventualmente de outras áreas limítrofes), a Figueira conta, sobretudo durante os meses de Verão, com uma população flutuante bastante numerosa, que alimenta um tipo de comércio e alguns serviços abundantes e diversificados. Espalhados ao longo das principais artérias da cidade, do Bairro Novo, à sua parte mais antiga.

De notar que é ainda no Bairro Novo, devido à proximidade da praia e à grande clientela dos seus meses de Verão, onde se concentram a totalidade dos hotéis e a maior parte das pensões de qualidade (Fig. 19). Além da piscina, das discotecas e de outros serviços, requeridos pela população veraneante. Daí que o equipamento seja variado, constituído, na sua essência, pelo comércio de tipo ocasional: electrodomésticos, sapatarias, boutiques e perfumarias, e excepcional: ourivesarias por exemplo.

Contudo, são os cafés, pastelarias, cervejarias e restaurantes que surgem com mais frequência, juntamente com outros serviços: cabeleireiros e barbeiros, fotógrafos, lavandarias, farmácias, enfermeiros, médicos e advogados, que se concentram ao longo das ruas Cândido dos Reis, Bernardo Lopes e Rua da Liberdade, outrora conhecida pela Rua dos Hotéis.

O comércio diário, está sobretudo representado pelas tabacarias e venda de jornais, pelas peixarias e supermercados, que coexistem com outras formas de abastecimento diário e ocasional.

Ainda voltado para esta população, contamos com os centros de diversão e as gelatarias, os cafés e as cervejarias na proximidade do «Picadeiro»

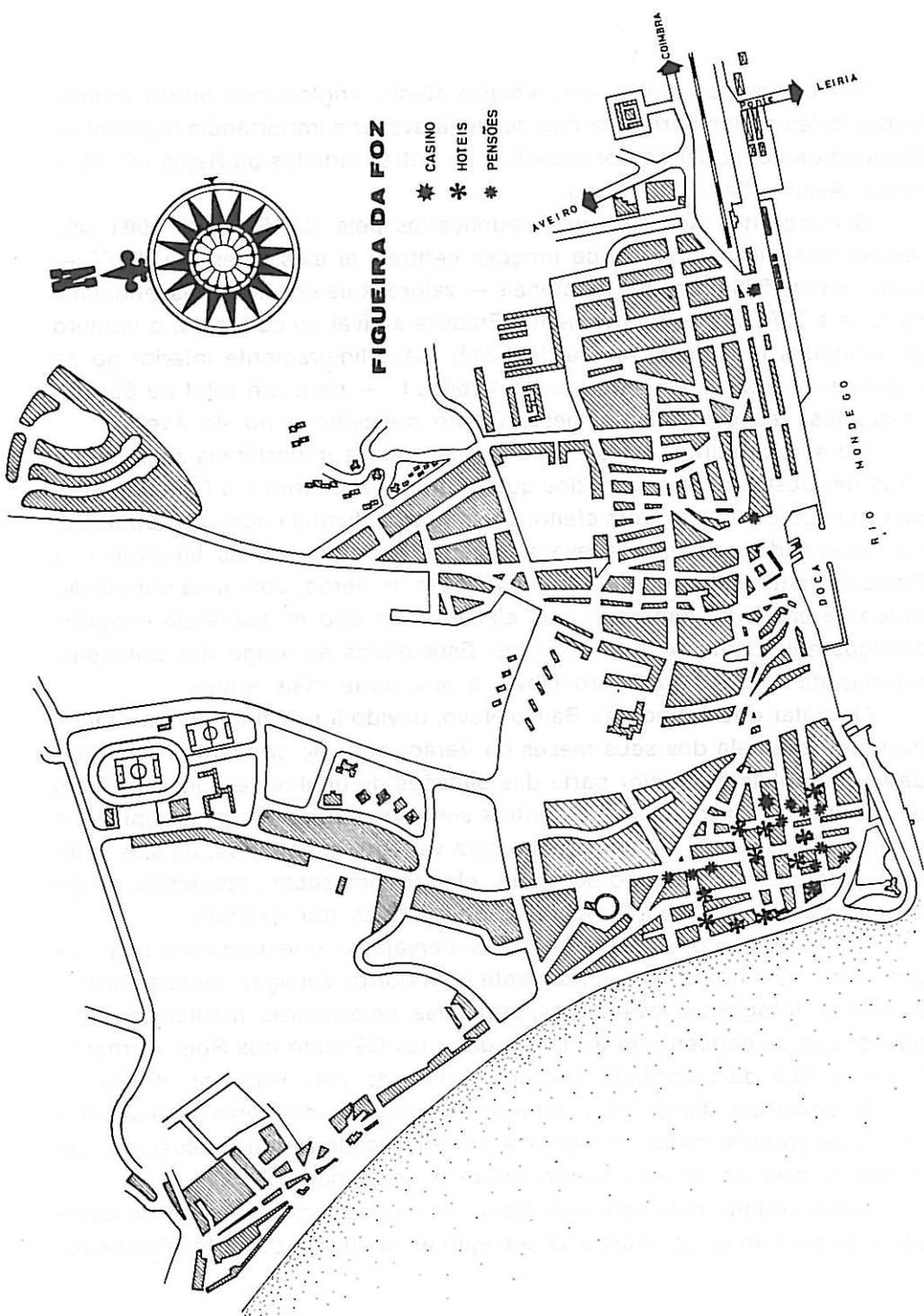


Fig. 19 - Equipamento turístico.

e na Esplanada A. Silva Guimarães, onde se localiza aliás, o posto de Turismo desta cidade. Para não falar já da Piscina e sobretudo do Casino, que através do jogo, do cinema e dos espectáculos de dança e de variedades, constitui o principal pólo de atracção desta área.

A oriente do Jardim Municipal fica um dos centros administrativos, o Palácio da Justiça, já que o segundo — os Paços do Concelho — sobranceiro ao Cais, constitui também um dos principais centros de afluência da população do concelho.

Daí que, desde a parte ocidental do Passeio do Infante D. Henrique (ocupado pelo Mercado) até à Estação, a ocupação terciária seja bastante densa e diversificada, praticamente em todos os R/C, ao longo das fachadas das Praças Velha e da Praça Nova e siga depois da Câmara, preferencialmente pela Rua da República, o maior eixo comercial da cidade, até ao Largo da Estação (Est. XI).



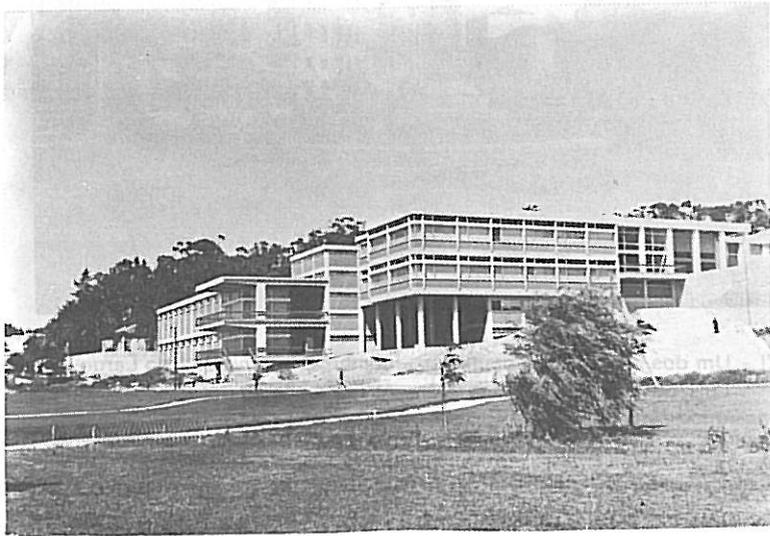
XI - Um dos aspectos da ocupação - comércio e serviços - no Largo Luís de Camões e Praça General Freire de Andrade.

Particularmente abundante é já o comércio de tipo diário: mercearias, drogeries e padarias — a par de outras unidades de tipo ocasional — lojas de móveis e electrodomésticos, modas e sapatarias e outros estabelecimentos comerciais, os quais, juntamente com os serviços: bancos, seguros,

médicos e advogados, stands e lojas de acessórios, mostram estar orientados para um outro tipo de clientela, que frequenta com maior assiduidade toda esta área.

Embora com menos importância comercial, as ruas paralelas — Rua Fernandes Tomás e Av. Saraiva de Carvalho — por se tratarem de vias de saída e de acesso à Figueira da Foz, devem ainda ser consideradas. Referindo no entanto uma ocupação comercial menos densa, devido aos armazéns de que dispõe e ainda aos serviços que aí se localizam — Cooperativa Agrícola, Serviços Municipalizados, Serviços Florestais e Câmara.

Este tipo de ocupação em mancha vai-se esbatendo ao longo das outras artérias, que a partir das Praça Velha e da Praça Nova — caso das ruas dos Bombeiros Voluntários e dos Combatentes da Grande Guerra — penetram no interior da cidade, marcando uma certa separação entre a zona ribeirinha, essencialmente comercial e a parte alta da cidade. Esta área, considerada como uma zona residencial, é servida por um tipo de comércio diário e ocasional pouco frequente e dispõe de um certo número de serviços de interesse alargado — Biblioteca (Est. XII), Quartel, Bombeiros, Asilo, Escolas e Estação Rodoviária. Para onde convergem diariamente um número considerável de carreiras de passageiros, provenientes de outros centros, que não só das freguesias deste concelho.



XII - Aspecto da urbanização recente das Abadias - edifício do Museu e da Biblioteca Municipal.

IV - A POPULAÇÃO E AS SUAS ACTIVIDADES

1. A evolução demográfica

Ainda que o objectivo deste estudo seja o de realçar os aspectos mais significativos da evolução urbana da Figueira da Foz, não deixaremos no entanto de atender à população e às suas actividades, que tornaram este centro num importante pólo de atracção demográfica e de desenvolvimento regional.

Daí que tenhamos de atender à evolução da população no concelho (Quadro X), o que de algum modo reflecte as fases de maior expansão e desenvolvimento urbano, por que tem passado a freguesia de S. Julião da Figueira da Foz.

Quedemo-nos por agora na análise de alguns dos dados relativos ao número de habitantes, que desde épocas remotas se têm fixado nesta área, atraídos pelas actividades comerciais e marítimas, dispersas ao longo das praias do Rio Mondego e na encosta da Igreja de S. Julião.

Entre os elementos conhecidos destacamos os que a partir do século XVIII têm sido aventados, indicando uma população que não deveria exceder um milhar de habitantes, — 200 fogos — segundo refere o Pe. Carvalho (50). Ainda antes dos meados desse século, a Geografia de LIMA, atribui-lhe uma população de 1061 habitantes (223 fogos) (51), valor que confirma a importância desta povoação antes de ser elevada à categoria de vila, de sofrer os efeitos de Guerra Peninsular e das lutas que no seu termo se desenrolaram.

Embora assolada por uma grave epidemia, causada, em parte, pela excessiva aglomeração de gente que se acolheu à Figueira da Foz por esta ocasião (em 1810) (52), a população local (que segundo a Estatística Paro-

(50) BAPTISTA; 1875; p. 251.

(51) Idem; ibidem.

(52) PINTO E ESTEVES; ob. cit.; p. 38.

QUADRO XIII
 CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ
 — POPULAÇÃO RESIDENTE —

FREGUESIA	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Alhadas	3983	4082	4674	4421	4614	4492	4612	5162	5520	5845	6335	5922
Alqueidão	—	—	—	—	—	—	2498	2894	2799	2858	2540	2207
Brenha	667	684	713	776	761	768	757	791	821	764	660	706
Buarcos	2817	3265	4019	4595	4975	5345	6493	5105	6246	7112	5465	7007
Fer. Nova	1367	1455	1529	1616	1838	2023	1997	2468	3374	3325	2615	2979
Figueira da Foz	4318	4326	5760	6273	6815	6787	8198	10039	11201	10568	10770	12665
Lavos	5824	6508	7477	8199	8689	7214	5957	6330	6235	5744	5425	6016
Maiorca	2653	2705	2423	2483	2852	2682	2846	3111	3258	3226	3325	3337
Mar. das Ondas	—	—	—	—	—	—	2520	2889	2943	2979	2445	2951
Paião	5082	5304	5768	5903	6179	6139	3159	3545	3511	3484	2950	3090
Quiaios	4423	4574	4684	4953	5093	4896	4972	5328	5488	5785	5250	5563
Tavarede	1001	1235	1668	1899	2245	2216	2753	2164	2294	2729	2820	3321
Vila Verde	818	933	1142	1914	1983	2213	2828	2966	3172	3212	2925	2735
TOTAL	32963	35071	39857	43032	46044	44775	49590	52792	56862	57631	53525	58559

quial de 1862 deveria contar com 1 544 fogos), atingia em 1864 os 4 318 habitantes. Montante que veio a ser confirmado no decurso de Recenseamentos posteriores (Fig. 20).

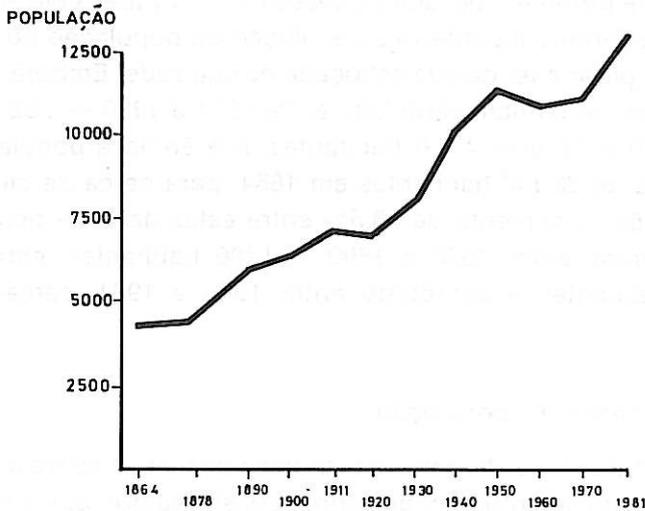


Fig. 20 - Concelho da Figueira da Foz - variação da população.

Assim, em 1878, o número de habitantes deveria orçar os 4 326, alcançando em 1890 os 5 676 (aumento de 1 434 indivíduos). O que confirma o surto de crescimento local, que acompanhou a elevação da vila da Figueira da Foz do Mondego a cidade.

A partir desta data a população local aumentou até 1911, perdendo 28 habitantes entre esta data e 1920, para a partir de então registar novos acréscimos, acompanhando deste modo o desenvolvimento da actividade comercial e sobretudo o das indústrias (vidros, conservas de peixe, construções navais e salicultura), que se verificou desde então. Depois de uma nova perda — 633 hab. entre 1950 e 1960, desta vez motivadas pela relativa atrofia de actividade portuária, a população regista novo acréscimo: + 202 habitantes entre 1960 e 1970 e mais de dois milhares entre esta data e 1981.

Facto bem significativo de uma nova fase de expansão urbana, alicerçada na melhoria das infra-estruturas portuárias e de circulação e sobretudo nos investimentos de capitais (locais e estrangeiros a esta área), aplicados em diversos sectores da economia figueirense.

Mau grado, no entanto, as perdas da população que se registaram em todo o continente durante a década de sessenta, motivadas pela emigração.

Ainda que diferente da anterior, a evolução da população no concelho acompanhou de perto a tendência esboçada na sua sede. Embora as perdas mais significativas se tenham verificado entre 1911 e 1920 — 1 926 habitantes, e entre 1960 e 1970 — 4 106 habitantes. Até então a população local passou de cerca de 23 mil habitantes em 1864, para cerca de cinquenta e nove mil em 1981 — aumento de 83,5% entre estas datas — acusando os maiores acréscimos entre 1878 e 1890: + 4 786 habitantes, entre 1920 e 1930: + 481 habitantes e sobretudo entre 1970 e 1981: cerca de 5 000 habitantes.

2. O movimento da população

Ainda que carecendo de uma análise mais exaustiva sobre as causas e a amplitude dos movimentos emigratórios, consideramos que estes foram, num passado recente, os grandes responsáveis pela variação da população no concelho.

E aliás, o que de algum modo poderemos inferir da comparação dos saldos migratórios entre 1950 e 1960: — 3,7 milhares de indivíduos e — 7,8 milhares entre 1960 e 1970, correspondendo não só aos períodos intercensitários mais recentes, mas ainda aos que acusaram o maior número de saídas (legais e clandestinas) para o estrangeiro (cerca de 2,3 milhões emigrantes oriundos do continente e ilhas). E ao qual o concelho da Figueira da Foz se associou, com mais de 5 400 emigrantes legais, entre 1955 e 1975.

2.1. Os factores naturais

Na ausência de movimentos migratórios, as variações da população residente devem-se às diferenças entre a natalidade e a mortalidade, que neste concelho se situam abaixo da média do continente.

Com efeito, as taxas de natalidade conhecidas para o continente entre 1950 e 1960 atingiram os 23,5‰ (no concelho da Figueira da Foz os 20,0‰)

), valores que no decénio seguinte, entre 1961 e 1970, atingiram 27,4‰ e os 19,6 / respectivamente no continente e na Figueira da Foz.

Quanto à mortalidade geral, orçou neste concelho os 10,5‰ entre 1951 e 1960 — 11,3‰ no continente — e atingiu no decénio seguinte os 11,9‰ quando no continente superou os 13,2‰

Daí que os saldos da população residente tenham atingido os 5,2 milhares de indivíduos naquele primeiro período, baixando para 4,3 milhares nos anos seguintes:

2.2. Os movimentos migratórios

Na ausência de elementos precisos, sobre os valores da imigração no concelho da Figueira da Foz, passaremos a analisar a emigração como principal responsável (juntamente com os factores naturais), pela variação da população.

Ainda que relevantes desde o início da década de cinquenta (Fig. 21), as saídas para o estrangeiro intensificaram-se a partir dos primeiros anos da década seguinte — média de 321 emigrantes anuais contra 112 no decénio anterior — alcançando um dos seus máximos em 1966, com 573 saídas. Estes valores correspondem à tendência global registada pela emigração oficial portuguesa, que no mesmo ano alcançou um dos seus máximos, com 120 239 emigrantes.

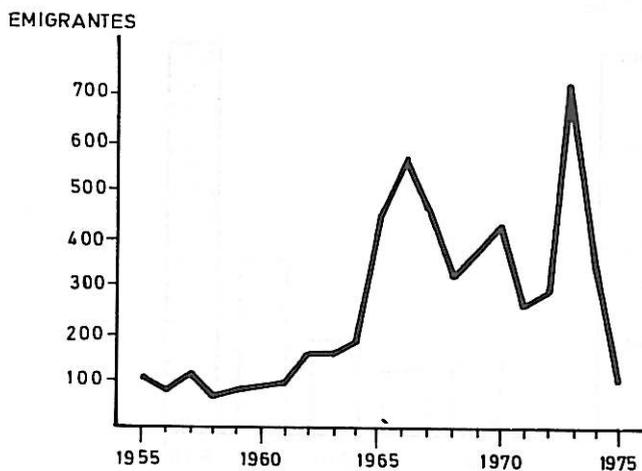


Fig. 21 - Emigração - Variação anual.

Embora com valores ainda elevados, a emigração legal registou nos anos seguintes algumas quebras, o que não bastou para que, entre 1970 e 1975, o número médio de saídas se tenha aproximado das 3,5 centenas.

Estes os valores da emigração legal já que, se atendessemos às saídas clandestinas, aqueles seriam bem diferentes, acusando um aumento significativo, como aliás se verificou noutras áreas do continente, durante as últimas décadas.

Extensiva a todo o concelho e com certa representatividade para os principais países importadores de mão de obra portuguesa, a emigração deste concelho dirigiu-se em particular para a Europa — França e Alemanha — e mais recentemente para o Luxemburgo, país que conta com uma parcela muito significativa de emigrantes, oriundos desta área. Embora ainda no início dos anos cinquenta as saídas deste concelho se orientassem sobretudo para o Brasil, país que nessa data absorvia a maior parte dos emigrantes portugueses.

É o que se pode ainda deduzir da análise global dos destinos da emigração oficial deste concelho, entre 1955 e 1974, expressa na Fig. 22. E que confirmam, apesar da maior atracção urbana referida pela cidade da Figueira da Foz, uma certa repulsão a nível do seu concelho. O que aliás se tende a atenuar no presente, mercê da melhoria das condições de vida da população local, com a criação de novos empregos nos serviços e na indústria, que aqui se têm implantado.

EMIGRANTES

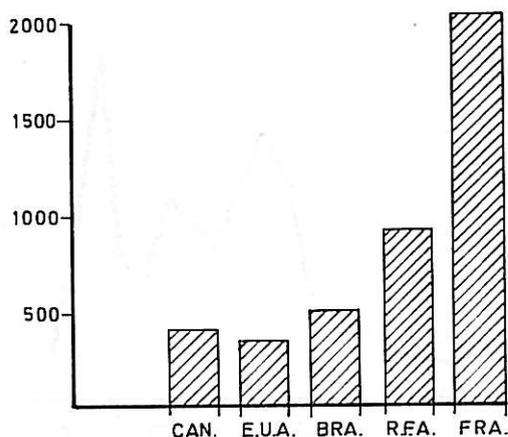


Fig. 22 - Composição da emigração.

3. A estrutura da população

3.1. Etária

Os dados dos últimos recenseamentos da população, de 1970 e de 1981, são bastante sugestivos da importância dos movimentos migratórios e sobretudo as incidências destes movimentos e do dinamismo local, sobre a população residente.

Assim, de uma análise global da estrutura por idades da população do concelho, em 1970, verifica-se o maior predomínio das classes dos jovens adultos e adultos — mais de metade da população — sobre os restantes grupos etários (Fig. 23). O que comparativamente aos dados relativos ao início do nosso século — em 1911 — realça a maior importância dos jovens até 20 anos, que nesta data representavam 43% da população (contra 32,9% nesta data) e o relativo envelhecimento verificado nos últimos anos, tendo a população de idade superior aos 60 anos, passado de 10% naquela data, para 16,3% em 1970. Valores que em 1981 passaram para 31,1% de jovens (menos 20 anos), 51,3% de adultos (20-59 anos) e os restantes 17,6%, representados por indivíduos com mais de 60 anos. Estas diferenças, atestam por outro lado a redução da taxa de natalidade que se verificou desde então e a alteração da sua estrutura global, como se torna evidente através da comparação das respectivas pirâmides etárias.

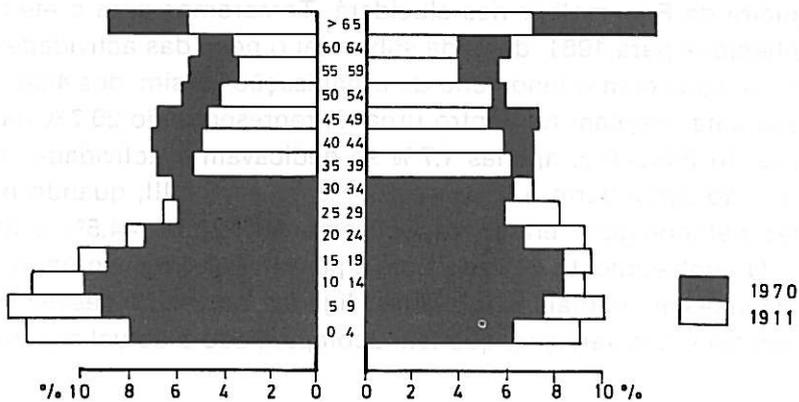


Fig. 23 - Pirâmide etária.

3.2. Profissional

Quanto à estrutura profissional desta população, dos 18 265 activos que em 1970 exerciam uma profissão, a maior percentagem, 36,8 %, estava ainda ocupada em trabalhos do sector I (Fig. 24), embora um número considerável de activos trabalhassem na indústria transformadora, cerca de 20,4 %, e no comércio, bancos, seguros e serviços — 25,4 %.

As construções e obras públicas, água e electricidade, transportes e comunicações ocupavam na mesma data 2 625 indivíduos ou seja apenas 14,4 % daquele total.

O que, comparativamente ao início do século acentua, apesar do decréscimo da população activa (19 950 indivíduos naquela data), a grande redução nos sectores primário — 57,7 % dos activos — dos quais salientamos: 48,5 % ocupados nos trabalhos agrícolas, 8,4 % na pesca e 0,8 % na indústria extractiva. Dos restantes, 19,7 % pertenciam à indústria.

O comércio e os serviços eram as actividades que dentro do sector III ocupavam, na mesma data, a maior parcela de activos, respectivamente 7,3 % e 6,7 %.

Ainda que extensivos a todo o concelho, estes elementos parecem-nos do maior interesse para se avaliar das transformações operadas nas últimas décadas, de que o conhecimento da estrutura profissional na cidade da Figueira da Foz, melhor nos elucidará. Tomaremos para o efeito os dados conhecidos para 1981, de onde sobressai o peso das actividades terciárias, relacionadas com o fenómeno da urbanização. Assim, dos 4 638 activos que nessa data residiam no centro urbano, representando 20,7 % da população activa do concelho, apenas 1,7 % se dedicavam a actividades do sector I; 27,9 % ao secundário e mais de 70,4 % ao sector III, quando no concelho estes percentagens eram, respectivamente: 22,5 %, 44,5 % e 33,0 %.

O conhecimento destes valores, permitiu assim acentuar o reforço das actividades industriais e terciárias, ligadas ao maior desenvolvimento do comércio e dos serviços, que têm acompanhado a actual expansão urbana.

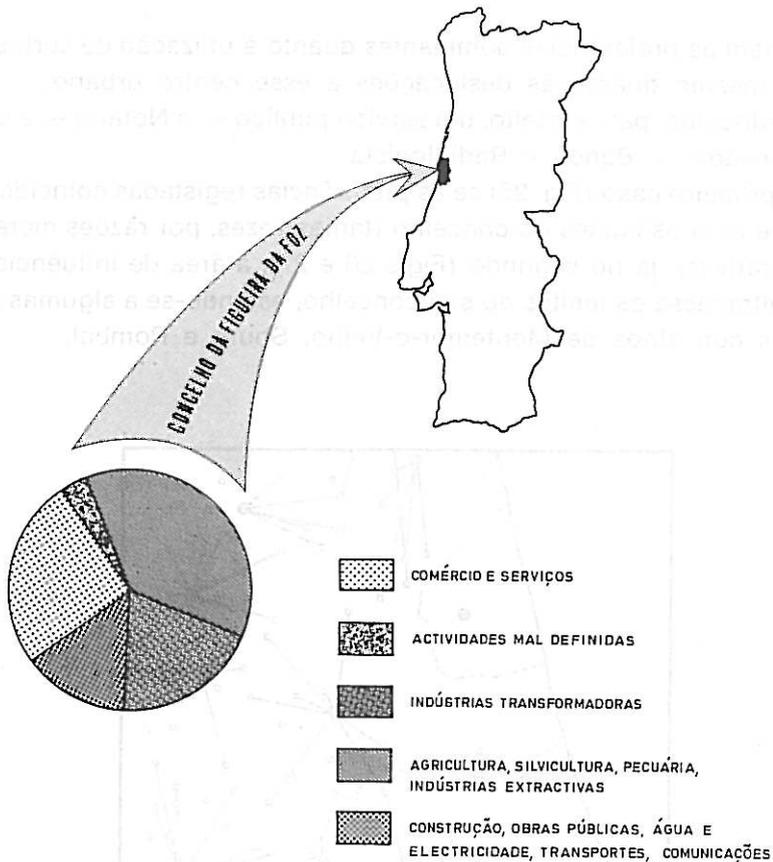


Fig. 24 - Repartição da população activa.

V - A FIGUEIRA DA FOZ: POLO URBANO E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Da apreciação que fizemos sobre o crescimento do aglomerado da Figueira da Foz e das suas principais actividades, resultou uma certa diferenciação, a nível regional, da sua importância como centro urbano, capaz de polarizar um espaço geográfico, que ultrapassa os limites do concelho.

É aliás o que se pode comprovar através da análise das Figuras 25 a 28,

que atestam as preferências dominantes quanto à utilização de certos serviços, ou mesmo quanto às deslocações a esse centro urbano.

Escolhemos, para o efeito, um serviço público — o Notário — e dois do sector privado — Banco e Radiologista.

No primeiro caso (Fig. 25) se as preferências registadas coincidem praticamente com os limites do concelho (tantas vezes, por razões meramente administrativas), já no segundo (Fig:s 26 e 27), a área de influência desta cidade ultrapassa os limites do seu concelho, estendendo-se a algumas povoações dos concelhos de Montemor-o-Velho, Soure e Pombal.

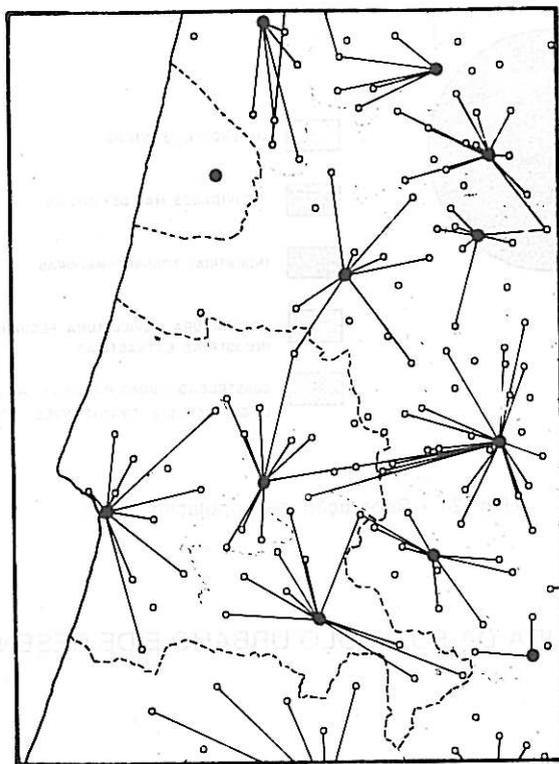


Fig. 25 - Preferências dominantes: Notário (C.C.R.C.).

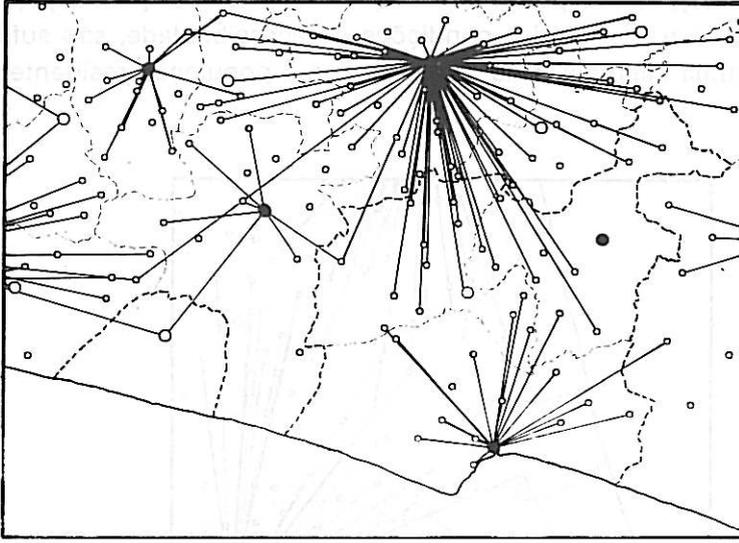


Fig. 27 - Preferências dominantes: Radiografia (C.C.R.C.).

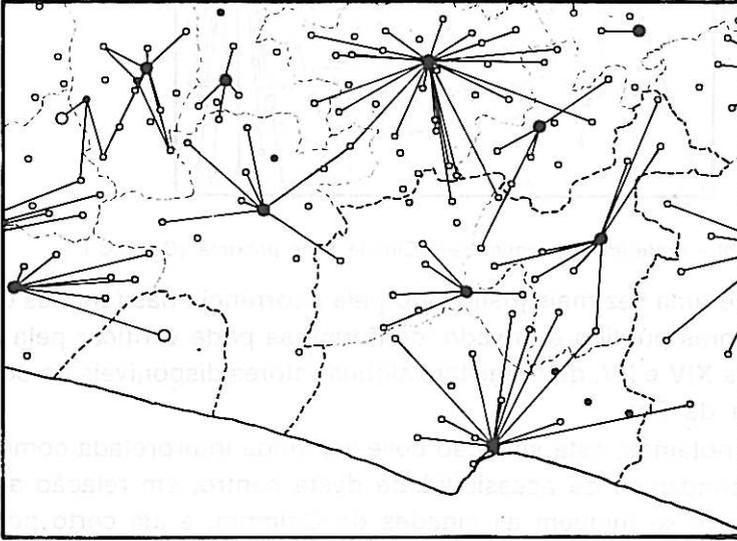


Fig. 26 - Preferências dominantes: Banco (C.C.R.C.).

O que é uma vez mais posto em realce quanto às deslocações a esta cidade (Fig. 28), não só por estar mais próxima, mas porque o equipamento de que dispõe e as próprias condições de acessibilidade, são suficientes para atrair uma clientela mais vasta, do que a população residente na sua periferia.

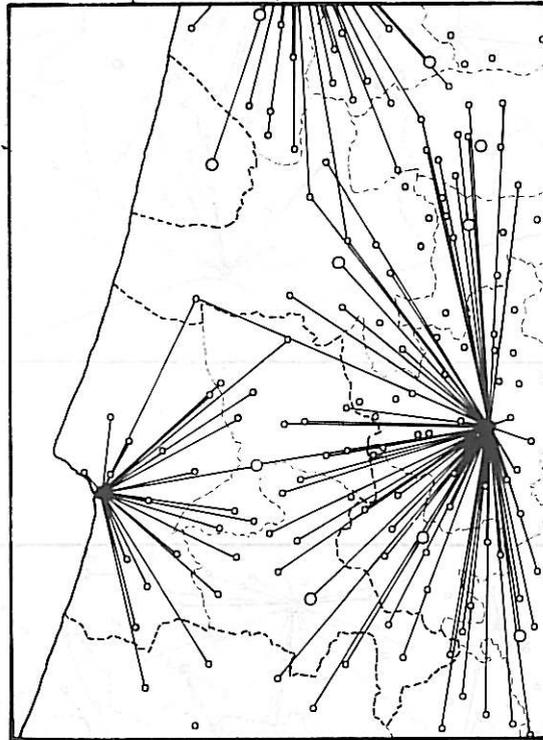


Fig. 28 - Preferências dominantes: Cidade mais próxima (C.C.R.C.).

O que é uma vez mais justificado pela ocorrência das funções centrais — dos sectores público e privado—conforme se pode verificar pela análise dos quadros XIV e XV, que registam alguns valores disponíveis no concelho da Figueira da Foz.

Como notámos, esta situação deve ser ainda interpretada como resultante das condições de acessibilidade deste centro, em relação a outros vizinhos, onde se incluem as cidades de Coimbra, e até certo ponto, de Leiria, mau grado algumas dificuldades nas ligações (sobretudo ferroviárias), existentes entre elas.

QUADRO XIV

HIERARQUIA DOS LUGARES CENTRAIS PELA OCORRÊNCIA DAS FUNÇÕES CENTRAIS DO SECTOR PÚBLICO
CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

Nº	LUGARES CENTRAIS	Nº F.C.
1	Figueira da Foz	44
2	Paião	13
3	Maiorca	12
4	Alhadas	12
5	Quiatos	12
6	Marinha das Ondas	11
7	Alqueidão	11
8	Lavos	10
9	Buarcos	9
10	Brenha	9
11	Santana	8
12	Leirosa	7
13	Vila Verde	7
14	Carvalhais de Lavos	6
15	Bom Sucesso	6
16	Ferreira-a-Nova	5
17	Sobral	5
18	Tavarede	4
19	Gala	3
20	Caceira de Cima	3

In: C.C.R.C. «O Agrupamento de Concelhos da Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho e Soure».

QUADRO XV

HIERARQUIA DOS LUGARES CENTRAIS PELA OCORRÊNCIA DAS FUNÇÕES CENTRAIS DO SECTOR PRIVADO
CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

Nº	LUGARES	Nº F.C.	Nº U.F.	POP.
1	Figueira da Foz	66	576	10.485
2	Buarcos	32	115	2.185
3	Marinha das Ondas	19	33	805
4	Alhadas	18	33	960
5	Paião	16	46	545
6	Santana	16	31	1.120
7	Maiorca	12	23	575
8	Quiatos	10	23	1.715
9	Gala	9	15	635
10	Santa Luzia	8	14	430
11	Tavarede	8	13	525
12	Caceira	7	14	625
13	Cova	7	12	1.280
14	Alqueidão	7	10	785
15	Bizorreiro de Lavos	7	9	515
16	Vila Verde	6	11	1.235
17	Pedros	6	8	265
18	Ferreira-a-Nova	6	8	175
19	Regalheiras	6	8	645
20	Fontela	6	6	190

In: C.C.R.C. «O Agrupamento de Concelhos da Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho e Soure».

Uma apreciação das isócronas deste centro (Fig. 29), mostra como a partir da Figueira da Foz irradiam uma série de vias de comunicação, que permitem atingir dentro de limites acessíveis de duração de percurso a cidade de Coimbra - pouco mais de 60 minutos - Leiria, cerca de 90 minu-

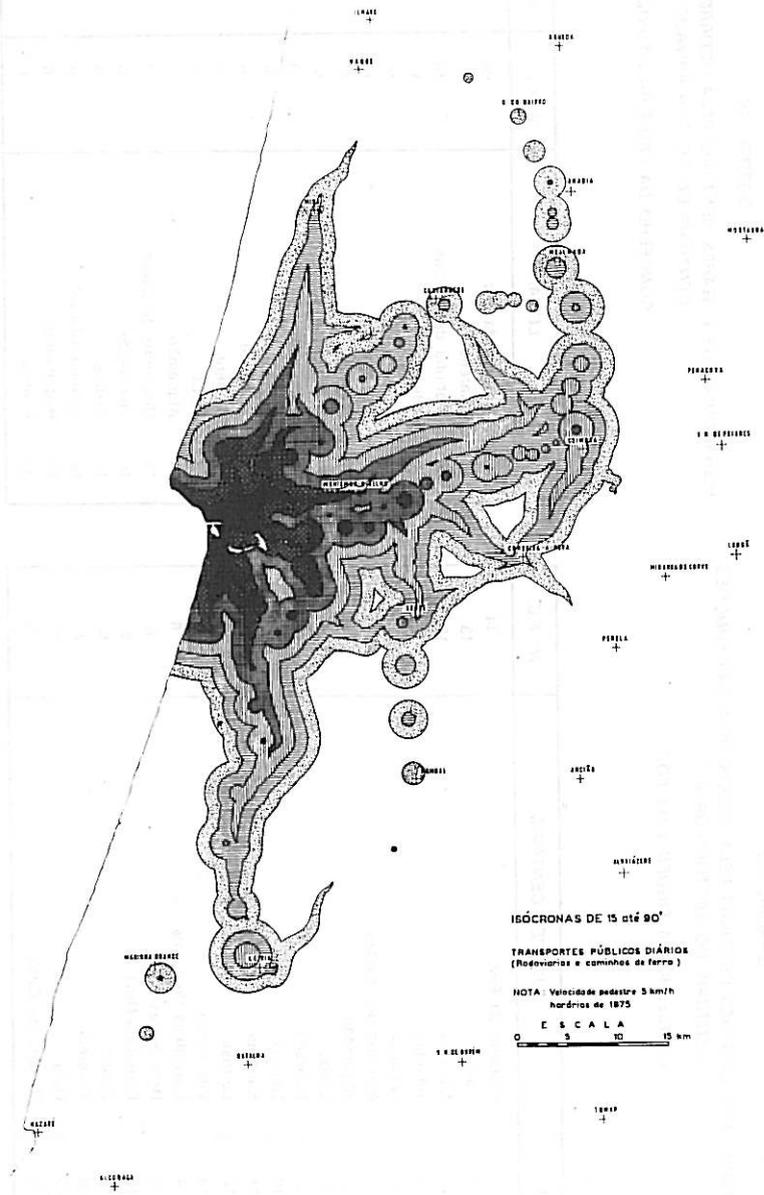


Fig. 29 - Isócronas (C.C.R.C.).

tos e eventualmente outros centros de menor dimensão como Mira e Cantanhede. Contudo, a ligação preferencial é estabelecida com aquele primeiro centro — Coimbra — motivado não só pela facilidade de trânsito rodoviário mas ainda pelas ligações ferroviárias e por uma certa tradição. Com efeito a distância que as separa e as funções que complementarmente se estabeleceram entre ambas — veraneio na Figueira da Foz, administração, ensino superior e saúde em Coimbra — justifica a maior intensidade de relação entre as duas aglomerações. E lá vai o tempo em que a viagem entre elas, feita de diligência, além de incómoda se apresentava cheia de «peripécias» (53). Isto há cerca de cem anos, antes da inauguração da linha de caminho de ferro da Beira Alta e da sua elevação a cidade.

A situação torna-se hoje bém diferente, já que o aumento dos transportes, num e noutro sentido, reforçaram a sua centralidade (54), o que de algum modo é justificável se atendermos à sua dimensão entre as restantes cidades da Região Centro e, sobretudo, à localização na faixa do Litoral do país, onde se concentram a maior parte da população e das oportunidades de emprego.

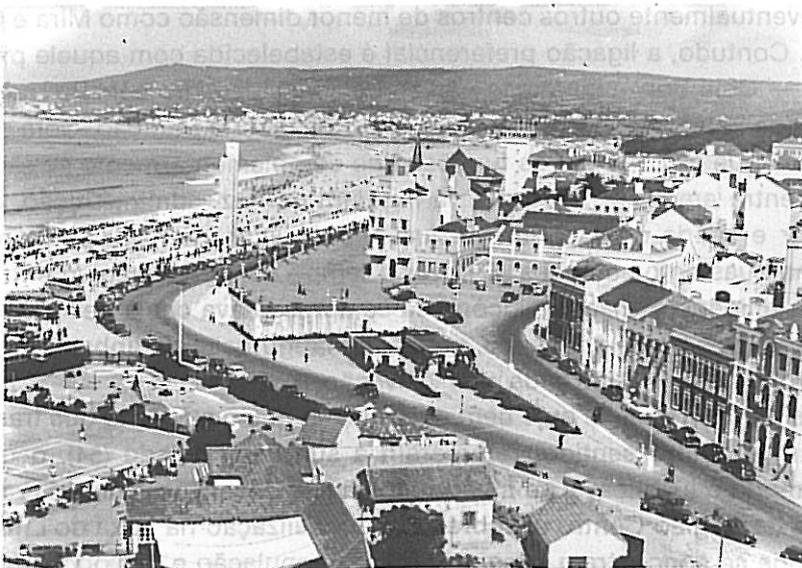
É aliás o que se pode atestar, pelo dinamismo demográfico revelado entre os últimos censos, pela expansão recente dos seus limites, pelo incremento das actividades económicas — que se espera venham a ser reforçadas depois de concluídas as obras do arranjo portuário e alargamento do cais — e da melhoria das suas ligações com o interior do país. Já que as relações Norte-Sul ficaram particularmente beneficiadas depois da inauguração da nova ponte sobre o Mondego. Melhoramentos que muito virão a contribuir para o reforço do «pólo urbano da Figueira da Foz», assente nas suas componentes principais: o *complexo portuário* ao qual ligamos a *função industrial* (pela ligação que existe entre ambas) e o *Turismo* (Est:ºs XIII e XIV).

Quanto ao primeiro, que se espera ver amplamente melhorado com o arranjo das docas interiores, em especial a doca do Cochim e a dos Bacalhoeiros, permitirá, para além do alargamento do espaço ancorável e do desenvolvimento das construções navais, a melhoria das condições de acesso (carga e descarga) da frota pesqueira da Figueira da Foz.

Trata-se de uma obra bastante exigente em construções e soluções

(53) FERNANDES; ob. cit.; p. 38.

(54) *Centralidade* — índice que representa o valor do exercício das funções centrais do lugar na área que serve.
in: GASPAR; ob. cit..



XIII - Avenida Marginal: anos cinquenta - aguardando profundas modificações.



XIV - As pontes da Figueira.

técnicas, com vista a atenuar o assoreamento da parte terminal do Mondego. Auxiliada pelas dragagens interiores e de acesso à barra, sem descuidar uma possível correcção do traçado (?) dos molhes, que de algum modo se encontram ligados àquelas condições.

Por outro lado a ampliação do cais comercial e a facilidade de ligação às instalações ferroviárias, poderia revitalizar um escoamento de outros produtos do interior (e não só) — madeira e materiais rochosos por exemplo — cujas condições de frete poderão vir a ser beneficiadas pelo transporte ferroviário.

Do mesmo modo, o arranjo da doca interior, destinado às embarcações de recreio, poderá incentivar o desenvolvimento do turismo local.

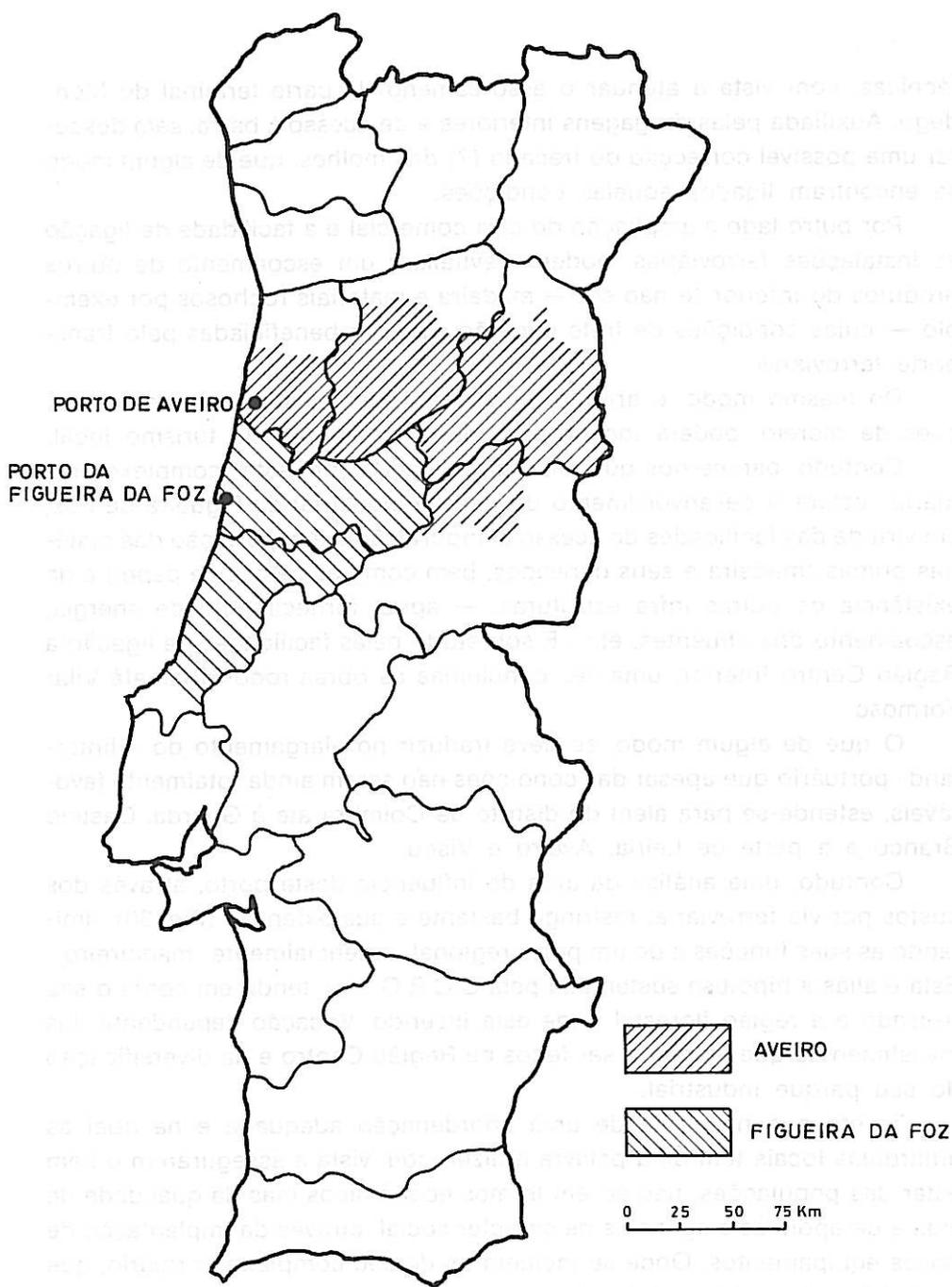
Contudo, parece-nos que em íntima ligação com este «complexo portuário» estará o desenvolvimento do parque industrial da Figueira da Foz, em virtude das facilidades de acesso à importação e à exportação das matérias primas (madeira e seus derivados, bem como as pastas de papel) e da existência de outras infra estruturas, — água, fornecimento de energia, escoamento dos afluentes, etc. . E sobretudo pelas facilidades de ligação à Região Centro Interior, uma vez concluídas as obras rodoviárias até Vilar Formoso.

O que de algum modo, se deve traduzir no alargamento do «Hinterland» portuário que apesar das condições não serem ainda totalmente favoráveis, estende-se para além do distrito de Coimbra até à Guarda, Castelo Branco e a parte de Leiria, Aveiro e Viseu.

Contudo, uma análise da área de influência deste porto, através dos custos por via ferroviária, restringe bastante a sua extensão (Fig. 30), limitando as suas funções à de um porto regional, essencialmente «madeireiro». Esta é aliás a hipótese sustentada pela C.C.R.C. (55), tendo em conta o seu passado e a região florestal onde está inserido. Vocação dependente dos investimentos que vierem a ser feitos na Região Centro e da diversificação do seu parque industrial.

Tarefa que necessita de uma coordenação adequada e na qual as autarquias locais têm uma palavra a dizer, com vista a assegurarem o bem estar das populações, não só em termos económicos mas da qualidade de vida e de apoio às exigências de carácter social, através da implantação de novos equipamentos. Onde se incluem os do seu complexo portuário, que trará à população da cidade maiores oportunidades de emprego, através do

(55) C.C.R.C.; 1979; p. 161.



Seg.: C.C.R.C, 1979

Fig. 30 - Área de influência interna dos portos, através dos custos por via ferroviária.

vés do alargamento das suas funções e serviços. Sem excluir o Turismo, outro dos grandes responsáveis pelo crescimento urbano da Figueira da Foz, como aliás, demos conta nas páginas anteriores.

Esta actividade, exigindo de momento um certo relançamento, obrigará ainda à redifinição de uma política coordenada, a nível da Região Centro, que tenha não só em conta os interesses individuais ou de certos grupos, mas a valorização dos recursos naturais e humanos desta área. Apontamos como exemplo as manifestações populares que devem ser valorizadas, bem como outras iniciativas de carácter cultural, permitindo um aproveitamento mais eficaz das infra estruturas existentes. Em consonância com a melhoria de qualidade de certos serviços e do seu alargamento às diferentes classes etárias e profissionais, que nos meses de Verão acorrem à Figueira da Foz em grande número, com o aumento da capacidade hoteleira, a formação de quadros e, sobretudo, a melhoria das condições de estadia e ocupação dos tempos livres.

Tarefas que estando já programadas, necessitam da maior atenção no futuro. O que certamente irá acontecer dado que neste domínio, a Figueira da Foz possui, além de uma larga experiência, potencialidades bastante grandes, merecedoras de um maior aproveitamento e divulgação. E que muito servirão ainda para o incremento do comércio, dos serviços e da indústria. Actividades que assentes nos pratos da balança da economia figueirense, farão apontar o seu fiel para o reforço deste centro como pólo urbano e de desenvolvimento regional. Que assim prossiga no futuro.

BIBLIOGRAFIA

A. OBRAS COM INDICAÇÃO DO AUTOR

- ANDRADE, Agostinho R. - *Chorografia Histórico-Estatística do Distrito de Coimbra*; Coimbra; Imprensa da Universidade; 1896.
- ARROTÊIA, J. C. - *Figueira da Foz: contributo para o seu conhecimento geográfico*; Lisboa; 1972.
- BAPTISTA, João M. - *Chorografia Moderna do Reino de Portugal*; (vol. III); Lisboa; Tipografia da Academia Real das Ciências; 1975; pags. 247-255.
- BRITO, António de A. - *O porto da Figueira da Foz: algumas notas acerca do seu valor económico*; Figueira da Foz; Junta Autónoma do Porto da Figueira da Foz; 1937.
- C.C.R.C. - *O porto da Figueira da Foz*; Coimbra; C.C.R.C.; 1979.
- C.C.R.C. - *A Região Centro: caracterização e perspectivas de desenvolvimento*; Coimbra; C.C.R.C./M.A.I.; 1981.
- C.C.R.C. - *O agrupamento de concelhos da Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho e Soure (Hierarquia de centros e áreas de influência)*; Coimbra; C.C.R.C./M.A.I.; s/ data.
- COSTA, Américo - *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*; (vol. VI); Lisboa, 1938; pags. 749-757.
- COSTA, P. e A. Carvalho da - *Chorografia Portuguesa e descripçam topográfica do Famoso Reyno de Portugal*; (Tomo II); Lisboa; Officina de Valentim da Costa; 1708.

- D.G.S.H. - *O Porto da Figueira da Foz*; Lisboa; D.G.S.H./Ministério das Obras Públicas; 1966.
- FERNANDES, Leitão - *A Figueira da Foz vista por dentro e por fora no último ano em que foi vila*; Figueira da Foz; Imprensa Económica; 1971 (Cadernos Figueira; Ontem/Hoje).
- GARRETT, Antão de A. - *Plano de Urbanização da Figueira da Foz*; Porto; 1962.
- JÁRDIM, José - «*Figueira e Tamargueira*» in: «*Revista de História*»; X; 37 a 40; Lisboa; Livraria Clássica Editora; 1921; pags. 264-290.
- JARDIM, José - *As grandes linhas de evolução de uma cidade*; Figueira da Foz; Gráfica Figueirense, 1948.
- JARDIM, José - *As Alfândegas-Fidalgas Figueirenses de Outrora*; Figueira da Foz; Imprensa Lusitana; 1915.
- LEAL, A. Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*; (vol. III); Lisboa; Ed. de Mattos Moreira; 1874.
- LEPIERRE, Charles - *A Indústria do Sal em Portugal*; Lisboa; Universidade Técnica de Lisboa; 1936.
- LOUREIRO, Adolfo - *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*; (vol. II); Lisboa; Imprensa Nacional; 1904.
- MARTHA, Cardoso - *Jornalismo Figueirense-Notas*; Figueira da Foz; Tipografia Popular; 1926.
- MAIA, Carlos L. A. - *A população da Figueira da Foz na 1ª metade do século XVIII*; Coimbra; 1968.
- MARTINS, A. Fernandes - *O esforço do Homem na Bacia do Mondego*; Coimbra, 1940.
- OLIVEIRA, F. Munõz de - *O porto da Figueira da Foz*; Figueira da Foz; Ed. da Biblioteca Municipal; 1967.
- ORTIGÃO, Ramalho de - *As praias de Portugal-Guia do Banhista e do Viajante*; Lisboa; Liv. Clássica Editora; 1943.

- PINTO, Maurício e ESTEVES, Raimundo - *Aspectos da Figueira da Foz*; Figueira da Foz; Ed. da Comissão Municipal de Turismo; 1945.
- ROCHA, A. Santos - *Materiais para a História da Figueira da Foz nos séculos XVII e XVIII*; Figueira da Foz; Casa Minerva; 1893.
- SILVA, A. Baldaque de - *Estado actual das pescas em Portugal*; Lisboa; Imprensa Nacional; 1891.
- TEIXEIRA, Carlos - *A evolução do território português no decorrer dos tempos geológicos*; in: *Lições de Geologia*; separata de : *Palestra*; 28; Lisboa; 1966; pags. 111-157.
- TOMAS, P. Fernandes - *Colecção de elementos para a História do concelho da Figueira da Foz*; Figueira da Foz; Imprensa Lusitana, 1898.
- VANDELLI, Domingos - *Memória sobre o encanamento do Rio Mondego*; in: *Memórias Económicas da Academia real das Sciências (Tomo III)*, Lisboa MDCCXCI.

B. ESTATÍSTICAS

- *Anuário climatológico de Portugal*; Lisboa; Serviço Meteorológico Nacional.
- *Anuário Estatístico*; Lisboa; I.N.E..
- *Anuário dos Serviços Hidráulicos*; Lisboa; M.O.P.C.; 1934.
- *Boletim Anual*; Lisboa; Secretaria de Estado da Emigração.
- *Estatísticas da Pesca (Continente e Ilhas Adjacentes)*; Lisboa; I.N.E..
- *Recenseamento Geral de População (I a XII)*; Lisboa; I.N.E..

C. RELATÓRIOS

- *Relatórios da Gerência da Câmara Municipal da Figueira da Foz*.

— *Relatórios da Gerência da Junta Autónoma do Porto e Barra da Figueira da Foz.*

D. OUTROS

— Jornais - *Mar Alto*; - *O Figueirense*; - *A Voz da Figueira*.

E. ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS

— Carta Militar de Portugal; 1/25 000; nº 239; Figueira da Foz.

— Carta Corográfica de Portugal; 1/50 000; nº 19.C-Figueira da Foz (Instituto Geográfico e Cadastral).

— Carta Geológica - As Serras de Buarcos e Verride; 1/400 000; (Paul Choffat).

— Plantas da Figueira da Foz; Câmara Municipal da Figueira da Foz.

ANEXO

PARA UMA BIOGRAFIA FIGUEIRENSE ()*

(*) Até 1969 transcrevem-se na sua quase totalidade os factos referidos por SOUSA CARDOSO — «Como cresceu o povoado da Foz do Mondego», publicados no Jornal MAR ALTO em 16JUN71.

- 1080 (?) — Estabelece-se em S. Julião (génesis da Figueira) o abade Pedro, com o encargo, recebido do conde Sisenando, de restaurar terras da região, devastadas pelas guerras da reconquista.
- 1096 (14 Fevereiro) — Doação do abade Pedro, à Sé de Coimbra, de S. Julião, Caceira, S. Veríssimo (Vila Verde), Fontela, Lavos, etc.
- 1339 (27 Março) — Adquiridas uma vinha e uma casa, localizadas possivelmente na Praça da Ribeira (actuais Praça General Freire de Andrade e Largo Luís de Camões) para o serviço do porto.
- 1770 (26 Abril) — É criada, por provisão régia, a feira semanal na Praça da Ribeira.
- 1771 (12 Março) — Elevação da Figueira à categoria de vila.
- 1771 (31 Julho) — Nasce Manuel Fernandes Tomás.
- 1773 — Começa a lavra da mina do Cabo Mondego. Em Agosto o marquês de Pombal mandara levantar um mapa do sítio da mina.
- 1779 (8 Novembro) — Criada por alvará de D. Maria I uma cadeira de gramática latina, com o subsídio anual de 60.000 réis; e de uma escola de «ler, escrever e contar», subsidiada anualmente com 40.000 réis.
- 1808 (27 Junho) — Termina, com a conquista do forte de Santa Catarina, o domínio na região das forças de Napoleão, aqui instaladas desde Dezembro de 1807.
- 1808 (Junho) — Organizada a Junta de Segurança Pública, que o Prof. Joaquim de Carvalho reputa embrião do Governo Republicano.
- 1808 (1-3 Agosto) — Desembarque do exército inglês de Wellesley (mais tarde duque de Wellington) no porto da Figueira.
- 1821 (20 Abril) — Anexado o couto de Vila Verde à vila da Figueira.
- 1834 (8 Maio) — Desembarque em Buarcos das tropas liberais, e ponto final, na Figueira, do domínio miguelista.
- 1835 (26 Maio) — Inaugura-se a Associação Comercial da Figueira, a terceira do País.
- 1839 (16 Setembro) — Criação da Santa Casa da Misericórdia. Primeiro internamento de doentes, no número de três, em 3 de Março de 1844.

- 1839 (5 Dezembro) — Fundação da Assembleia Figueirense.
- 1840 (5 Julho) — Organização da Filarmónica Figueirense.
- 1852 (26 Maio) — O rei D. Fernando, acompanhado do príncipe D. Pedro, vem à Figueira, e inteira-se do estado do porto.
- 1853 (30 Abril) — Nasce António dos Santos Rocha, criador do Museu Municipal.
- 1853 (31 Dezembro) — Anexados à Figueira os concelhos de Lavos e Maiorca. Lavos abrangia toda a área sul do actual concelho da Figueira, Maiorca abarcava o norte. O concelho de Buarcos havia já sido incorporado no da Figueira.
- 1857 — Principia a funcionar o farol do Cabo Mondego, o primeiro deste trato da orla marítima.
- 1859 (25 Outubro) — Reabertura pelo eng.º Silva da barra no primitivo local, que o assoreamento havia obstruído.
- 1861 (28 Dezembro) — Reconhecimento e louvor oficiais da empresa que construiria o Bairro Novo.
- 1862 (Abril) — Abre a Tipografia Figueirense, a primeira da Figueira, com um prelo de madeira.
- 1863 (9 Agosto) — 1.º número do primeiro periódico local — «O Figueirense».
- 1866 (26 Agosto) — Primeira regata no Mondego.
- 1872 (11 Março) — Nasceu Manuel Gaspar de Lemos.
- 1874 (8 Agosto) — Inauguração do Teatro Príncipe D. Carlos, consumido pelo fogo no Carnaval de 1914.
- 1880 (10 Agosto) — Inauguração dos trabalhos da linha férrea Figueira-Pampilhosa e fundação da Filarmónica 10 de Agosto.
- 1881 (30 Dezembro) — Fundação do Clube Moderno, que tinha por fim desenvolver e educar todas as aptidões físicas, morais, artísticas e intelectuais dos seus associados.
- 1882 (3 Agosto) — Abertura da linha de caminho de ferro da Beira Alta, de que a Figueira era terminus, com a presença do rei D. Luís, rainha e príncipes D. Carlos e D. Afonso.
- 1882 (20 Setembro) — A Figueira é elevada à categoria de cidade.
- 1884 (3 Setembro) — Inauguração do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, em 1900 transformado no actual Casino Peninsular.
- 1888 (13 Junho) — Criada a Aula de Desenho Industrial; o decreto de 31 Outubro 1889 transformou-a em Escola Industrial.

- 1889 (17 Junho) — Iluminação a gás.
- 1889 (21 Agosto) — Abastecimento de água canalizada.
- 1891 — Jardim Municipal, no teatro da doca natural da Praia da Fonte.
- 1894 (6 Maio) — Inauguração do Museu Municipal Dr. Santos Rocha.
- 1902 (11 Maio) — 1º nº d'A *Voz da Justiça*.
- 1903 (2 Julho) — Conclusão da ponte do braço norte do rio Mondego.
Foi franqueada ao trânsito em Janeiro de 1907.
- 1910 (1 Maio) — Inauguração da Biblioteca Municipal com 783 vols..
- 1912 — Início da arborização da Serra da Boa Viagem.
- 1914 (4 Setembro) — Inauguração do Jardim-Escola João de Deus.
Assistiram o Dr. Manuel Arriaga, Presidente da República, então a
veranear em Buarcos.
- 1933 (11 Dezembro) — Inauguração do Liceu Municipal.
- 1966 (30 Setembro) — Inauguração dos molhes exteriores do porto.
- 1967 — No começo do ano iniciam-se os trabalhos preliminares da cons-
trução do novo edifício para o Museu e Biblioteca Municipais.
- 1967 (6 Junho) — Inauguração na Leirosa da Fábrica da Celulose Bille-
rud, a mais moderna no seu género, e na qual foi investido mais de
um milhão de contos.
- 1969 (22 Junho) — Inauguração do Centro Ecuménico da Figueira da
Foz, instituição de relevo internacional.
- 1970 (Maio) — Abertura do concurso público para arrematação da
empreitada de construção do Cais comercial A, no porto da Figueira
da Foz.
- 1972 (Junho) — Inauguração das obras do salão de festas do Casino
Peninsular (coincidindo com o XII Festival da Canção Portuguesa).
- 1972 (Setembro) — Inauguração da piscina escola de natação do Ginásio
Clube Figueirense.
- 1972 (Outubro) — Inauguração de uma unidade fabril de madeiras
(«Alberto Gaspar») na zona industrial da Gala.
- 1973 (Agosto) — Inauguração do Posto de Turismo de Buarcos.
- 1975 (Setembro) — Concluída a urbanização da Quinta do Paço.
- 1976 (Janeiro) — Entra em funcionamento o Hospital Distrital da Gala.
- 1977 (Junho) — Abertura do concurso para a construção da nova ponte
sobre o Mondego.
- 1978 (Junho) — Inauguração da 1ª Feira do Mar da Figueira da Foz -
FIMAR.

- 1979 (Maio) — Concedida a verba de 4000 contos, pela Secretaria de Estado da Marinha Mercante, para os trabalhos de dragagem no interior do porto.
- 1979 (Junho) — Autorizado pelo governo a celebração do contrato para as obras de construção do novo sector das pescas e de correcção hidráulica do estuário do rio Mondego e do Porto da Figueira da Foz, avaliadas em 650 mil contos.
- 1979 Integrado nas comemorações do Ano Internacional da Criança, realiza-se na Figueira da Foz a I Gala Internacional dos Pequenos Cantores.
- 1980 (Setembro) — Nomeada uma comissão executiva para as Comemorações do 1º Centenário da Figueira da Foz.
- 1980 (Dezembro) — É publicado no «Diário da República» o Decreto Regulamentar que permite à Sociedade Figueira Praia a concessão de «zona de jogo permanente» com validade até ao ano 2005.
- 1981 (Julho) — Inauguração da «Torre Atlântico» (situada na Av. Marginal 25 de Abril) que passa a constituir o estabelecimento hoteleiro mais moderno da Figueira da Foz.
- 1981 (Outubro) — Inauguração de uma nova linha de produção na CELBI. Chegam ao porto local as primeiras máquinas para a instalação na nova fábrica de celulose SOPORCEL, em construção na zona florestal da Leirosa.
- 1981 (Dezembro) — O Ginásio Clube Figueirense compra a sua sede, através de subscrição pública.
- 1982 (12 Março) — Integrada nas comemorações do centenário da cidade (e coincidindo com o 211º da elevação da Figueira da Foz a Vila) é inaugurada a nova ponte sobre o Mondego, cujo custo final foi orçado em 1500000 de contos.
- 1982 (10 Junho) — Realizam-se na Figueira da Foz as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, a que assiste o Presidente da República-General Ramalho Eanes.
- 1982 (Julho) — Inauguração do novo terminal de camionagem de passageiros.
- 1982 (Agosto) — São inauguradas as obras de electrificação do troço ferroviário entre a Figueira da Foz e Alfarelos.
- 1982 (19 Setembro) — Têm lugar na Figueira da Foz, diversas cerimónias comemorativas do «Dia do Figueirense».

- 1982 (20 Setembro) — Comemoração oficial da elevação da Figueira da Foz a cidade. Com a presença de membros do Governo e das autoridades locais, têm lugar algumas cerimónias de carácter público.
- 1982 (Dezembro) — É inaugurada na Praça do Centenário, o monumento comemorativo da elevação da Figueira da Foz a cidade e da passagem do seu primeiro centenário, da autoria da escultora — Dorita Castel'Branco.

SOMMAIRE

La ville de Figueira da Foz est de nos jours, par son peuplement très ancien et sa densité élevée, un centre renommé de développement industriel et de tourisme de la zone littorale du centre du Portugal où elle se situe.

L'origine de Figueira da Foz remonte à l'existence d'une petite concentration humaine entre l'église de Saint-Julião et le fleuve Mondego.

Elle accède à la catégorie de village en 1771, pour devenir un siècle plus tard une ville dont l'importance s'est accrue grâce à ses activités portuaires qui en ont fait le siège du commerce maritime du sel, du vin, du bois, des fruits, des céréales, etc.. Ce qui a favorisée conjointement l'expansion des industries navales et celles de tonnellerie, celles-ci étant nécessaires à celles-là.

La pêche lointaine domine également la vie de cette cité dont le nom est lié depuis le XIXième siècle à la pêche à la morue et à celle qui se pratique le long des côtes.

Progressivement, la population primitive a occupé les plages fluviales, qui seront transformées plus tard en places, en en élargissant postérieurement les limites vers le Nord et l'Est et ce malgré la dépendance qui existait entre le commerce maritime et l'état de la barre; ce qui a contribué à faciliter l'écoulement des produits locaux (poisson et sel) vers les régions de l'intérieur — Beira et Espagne —, surtout après la construction de la ligne de chemin de fer de Pampilhosa en 1882.

Quand le tourisme a commencé à se développer, Figueira da Foz a continué son extension en s'ouvrant vers l'Ouest, pour étendre ses limites du côté du Fort de Santa Catarina.

La construction du Bairro Novo (1861) représente de ce fait une date importante puisqu'elle coïncide avec cette expansion urbaine à l'Ouest de Figueira da Foz et avec l'essor touristique de cette région. Ce dernier aspect fut en outre l'un des facteurs décisifs, dans cette partie de la ville, pour la

création d'autres activités qui lui sont rattachées. Ce qui n'a pas décentralisé pour autant les différents services du secteur public ou le commerce ordinaire et occasionnel qui restent localisés dans la partie ancienne de la ville.

A côté d'une économie traditionnellement associée à la mer, Figueira da Foz devient un centre rattaché aux industries de cellulose, des plastiques, des textiles, de l'habillement, etc., bien qu'elle soit géographiquement située à proximité de Coimbra et des villes du littoral telles que Leiria et Aveiro dont le dynamisme atteste le développement. Les potentialités naturelles et les équipements remarquables de cette ville ont permis de créer de nouvelles industries qui à leur tour ont favorisé l'accroissement de la population dans cette région.

Ce qui constitue un ensemble de facteurs déterminants pour la consolidation de futures industries qui s'implanteront, après que le port, en cours d'amélioration, aura été aménagé, dans la perspective de cet accroissement continu.

ABSTRACT

The town of Figueira da Foz, situated on the coastal centre of Portugal — a privileged zone — is an ancient settlement of high population density, and nowadays an important touristic centre and one of the development nuclei of this area.

It grew up from a small village located between St. Julian Church and the river Mondego, and its development has been due, since its very beginning, to searade, shipbuilding and fishing, although these activities had been centered mainly in Buarcos, for some centuries.

In 1771 it became incorporated as a town, and in 1882 as a city, due to its population growth and the development of maritime and port activities, connected to the import and export of the following merchandise: salt, wine, wood, fruit and cereals, along with shipbuilding and ropemaking.

The original village spread along the river beach — which became squares — and afterwards pushed its limits to North and East when the railway line to Pampilhosa was finished (1882). This in turn facilitated the transport of the local products — fish and salt — to Beiras and Spain.

It also spread westwards to St. Catherine Fort, when the seaside holiday season became fashionable and its beach was considered among the best in Portugal.

Then the construction of 'Bairro Novo' (1861) marks the rupture of the town limits and the development of touristic activity. Tourism also became responsible for the growth of other activities therewith connected, centred in the city area, while the old type of trade and the city services were located in the ancient part of the city.

Figueira da Foz is known as an important base for the ocean-going codfish fleet, as well as a coastal fishing centre.

It boasts, besides the old type of industries (some related to sea-shipbuilding salt extraction, and coal mining) also glass industries, fish preserving, wood and celulosis, cement, plastics, textiles and clothes manufacturing.

It is expected that the fishing industry and the services will benefit from the expansion of the harbour and the instalation of new industries. In spite of its proximity to Coimbra (a major university center), Aveiro and Leiria (dynamic coastal cities) Figueira da Foz possesses natural particularities — a large experience and large facilities —, factors which are decisive in the consolidation of local tourism.

ÍNDICE DAS FIGURAS

Fig. 1 - O concelho da Figueira da Foz	10
Fig. 2 - Movimento dos navios entrados (Figueira da Foz)	16
Fig. 3 - Planta do porto e barra da Figueira da Foz em 1801	20
Fig. 4 - Planta do porto e barra da Figueira em 1856	22
Fig. 5 - Porto da Figueira da Foz (obras realizadas no porto até 1928)	28
Fig. 6 - Porto da Figueira da Foz (obras da 1ª fase)	30
Fig. 7 - Movimento comercial (Imp. + Exp.)	32
Fig. 8 - Movimento de navios comerciais	32
Fig. 9 - Porto da Figueira da Figueira da Foz - comércio internacional	33
Fig. 10 - Porto da Figueira da Foz - área de influência (1980)	34
Fig. 11 - Evolução do pescado - Figueira da Foz	39
Fig. 12 - Pescado movimentado no Continente (1980)	40
Fig. 13 - Esboço geológico da região da Figueira da Foz	45
Fig. 14 - Diagrama termo-pluviométrico - Barra do Mondego	50
Fig. 15 - Ventos dominantes - Barra do Mondego	51
Fig. 16 - A Figueira da Foz nos finais do séc. XVII, princípios do séc. XVIII	56
Fig. 17 - Planta da Figueira da Foz - 1875	58

Fig. 18 - Evolução dos limites da cidade	62
Fig. 19 - Equipamento turístico	70
Fig. 20 - Concelho da Figueira da Foz - variação da população	75
Fig. 21 - Emigração - Variação anual	77
Fig. 22 - Composição da emigração	78
Fig. 23 - Pirâmide etária	79
Fig. 24 - Repartição da população activa	81
Fig. 25 - Preferências dominantes: Notário (C.C.R.C.)	82
Fig. 26 - Preferências dominantes: Banco (C.C.R.C.)	83
Fig. 27 - Preferências dominantes: Radiografia (C.C.R.C.)	83
Fig. 28 - Preferências dominantes: Cidade mais próxima (C.C.R.C.)	84
Fig. 29 - Isócronas (C.C.R.C.)	86
Fig. 30 - Área de influência interna dos portos, através dos custos por via ferroviária	90

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

I - Forte de Santa Catarina	21
II - Cais do Trapiche e armazéns do porto	29
III - Salinas em exploração	37
IV - Seca do bacalhau - uma imagem que se perdeu	42
V - A Figueira em 1860 - aspecto da margem direita do Mondego a nascente do largo do carvão	59
VI - A Figueira em 1864 - aspecto da doca natural da praia da Fonte	60
VII - Aspecto da doca interior e do assoreamento do rio Mondego, antes das obras portuárias	61
VIII - Figueira da Foz: aspecto da praia antes da construção dos molhes	61
IX - Aspecto da doca interior e da expansão urbana na margem direita do rio Mondego	63
X - Pormenor do Bairro Novo (notar o traçado geométrico das suas ruas — foto antiga)	63
XI - Um dos aspectos da ocupação - comércio e serviços - no Largo Luís de Camões e Praça General Freire de Andrade ..	71
XII - Aspecto da urbanização recente das Abadias - edifício do Museu e da Biblioteca Municipal	72
XIII - Avenida Marginal: anos cinquenta - aguardando profundas modificações	88
XIV - As pontes da Figueira	88

ÍNDICE DOS QUADROS

I - Navios entrados no porto da Figueira de 1692 a 1697	17
II - Navios entrados no porto da Figueira de 1794 a 1800	18
III - Navios entrados no porto da Figueira da Foz	24
IV - Movimento da pesca fluvial: portos de Montemor e Coimbra	26
V - Movimento comercial: porto da Figueira da Foz	31
VI - Importância da pesca nos portos de Buarcos e Figueira da Foz (1886)	36
VII - Importância da pesca no porto da Figueira da Foz	38
VIII - Importância da pesca no porto da Figueira da Foz	38
IX - Pescado descarregado no porto da Figueira da Foz	39
X - A indústria no concelho da Figueira da Foz	48
XI - Funções centrais do sector público — Figueira da Foz	66
XII - Hierarquia das funções centrais do sector privado - concelho da Figueira da Foz	67
XIII - Concelho da Figueira da Foz - população residente	74
XIV - Hierarquia dos lugares centrais pela ocorrência das funções centrais do sector público - concelho da Figueira da Foz	85
XV - Hierarquia dos lugares centrais pela ocorrência das funções centrais do sector privado - concelho da Figueira da Foz	85

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	7
PARTE I: GÉNESE E EVOLUÇÃO DO POVOADO	
Cap. 1 <i>Os primórdios da aglomeração</i>	13
Cap. 2 <i>O desenvolvimento das actividades marítimas e a elevação a vila</i>	15
Cap. 3 <i>A cidade</i>	21
PARTE II: OS FACTORES DE CRESCIMENTO URBANO	
Cap. 1 <i>O porto</i>	25
1.1. <i>A actividade comercial</i>	25
1.2. <i>A pesca</i>	35
Cap. 2 <i>A indústria</i>	41
Cap. 3 <i>O veraneio</i>	47
3.1. <i>As condições naturais</i>	49
3.2. <i>Outros factores de desenvolvimento</i>	52
3.3. <i>O turismo actual</i>	53
PARTE III: NOTA SOBRE A EVOLUÇÃO URBANA	
Cap. 1 <i>O crescimento da povoação</i>	55
Cap. 2 <i>Morfologia e funções</i>	64
PARTE IV: A POPULAÇÃO E AS SUAS ACTIVIDADES	
Cap. 1 <i>A evolução demográfica</i>	73
Cap. 2 <i>O movimento da população</i>	76
2.1. <i>Os factores naturais</i>	76
2.2. <i>Os movimentos migratórios</i>	77

Cap. 3 <i>A estrutura da população</i>	79
3.1. Etária	79
3.2 Profissional	80
PARTE V: FIGUEIRA DA FOZ: POLO URBANO E DE DESENVOL- VIMENTO REGIONAL	81
BIBLIOGRAFIA	93
ANEXOS	
Para uma Biografia Figueirense	97
SOMMAIRE	105
ABSTRACT	107
ÍNDICE DAS FIGURAS	109
ÍNDICE DAS ESTAMPAS	111
ÍNDICE DOS QUADROS	113

Composto e Impresso
na Secção de OFFSET da
Comissão de Coordenação
da Região Centro
Março 1985
Tiragem: 750 exemplares

